



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CEDUC I
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

THIAGO ANDRÉ MONTEIRO

A CRISTALIZAÇÃO SÓCIOESPACIAL DO MUNICÍPIO DE CABACEIRAS-PB

**CAMPINA GRANDE – PB
2011**

THIAGO ANDRÉ MONTEIRO

A CRISTALIZAÇÃO SÓCIOESPACIAL DO MUNICÍPIO DE CABACEIRAS-PB

Trabalho de conclusão do curso de Geografia para obtenção do título de licenciado em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba.

Professor Orientador: Daniel Campos Martins

**Campina Grande
2010**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

M772c

Monteiro, Thiago André.

A Cristalização Sócioespacial do Município de Cabaceiras-PB [manuscrito]: /Thiago André Monteiro. – 2011.

70 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2011.

“Orientação: Prof. Me. Daniel Campos Martins, Departamento de Geografia”.

1. Cristalização 2. Dinâmica 3. Espaço I. Título.

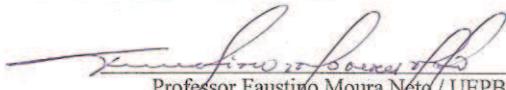
21. ed. CDD 307.763

THIAGO ANDRÉ MONTEIRO

A CRISTALIZAÇÃO SOCIOESPACIAL DO MUNICÍPIO DE CABACEIRAS-
PB

Monografia apresentada como pré requisito para a obtenção do título de licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba, submetida à aprovação da banca examinadora composta pelos seguintes membros:


Professor Daniel Campos Martins / UEPB
Orientador


Professor Faustino Moura Neto / UEPB
Examinador


Professora Nirvana de Sá / UFPB
Examinadora

Aprovado em: 09 / 12 / 2011

AGRADECIMENTOS

Antes de todos e de tudo agradeço a Deus por ter permitido que tal trabalho se realizasse mesmo diante de qualquer empecilho de cunho emocional e\ou espiritual.

A minha mãe de criação Valdecy Monteiro, a minha mãe biológica Maria de Fátima Monteiro e a minha tia Silvana Monteiro as quais sempre proporcionaram os melhores meios e condições durante o período de curso.

Ao meu amigo Thalys o qual compartilhou das mesmas experiências vivenciadas por mim.

Aos amigos e colegas Estanley Jordan, Mariana de Araújo, Breno Macêdo, Taciana, Diana e José Nilo, sem os quais o suceder das pesquisas não se viabilizariam.

Aos colegas de classe que favoreceram momentos de lazer durante as aulas.

Aos professores Nirvana de Sá e Daniel Campos que me estimularam em ocasiões de desesperança.

Ao Poeta Paulinho de Cabaceiras por sua disposição em ceder documentos históricos assim como pela curiosidade da temática em estudo nesse trabalho.

A Andersom Bruce que muito colaborou na elaboração de figuras e croquis utilizados neste trabalho.

Aos que me criticaram, servindo-me de apontamentos para novos caminhos e objetivos.

E a todos os munícipes cabaceirenses por suas simpatias em me receber nas suas casas dispondo-me de seus tempos em responder os questionários e entrevistas da pesquisa.

Alguns erram por pensarem demais, porque de tanto pensarem não fazem nada, e outros por agirem intensamente, agem por impulsos ignorando as consequências. Se você não for um deus então perdoe, pois você está em um desses grupos.

(Thiago André Monteiro. 2011)

MONTEIRO, Thiago André. **A CRISTALIZAÇÃO SÓCIOESPACIAL DO MUNICÍPIO DE CABACEIRAS-PB**. Campina Grande. UEPB. 2011.

RESUMO

Tendo em vista a evolução do espaço geográfico em um ritmo exponencial no qual elementos globais, regionais e locais se condensam de forma frenética modificando o(s) espaço(s) e sua(s) função(ões), questiona-se então o porque de certos territórios tão antigos dentro do modo de produção capitalista não se comportarem como novas delimitações espaciais mais recentes, sendo estas últimas mais dinâmicas. Nesse contexto, esse trabalho tem como objetivo comprovar o fenômeno da cristalização socioespacial do município de Cabaceiras-PB localizado na microregião do Cariri Oriental paraibano; mostrar a lógica de funcionamento deste espaço; aplicar as categorias de território e espaço no processo histórico do município; e designar o reflexo da condição cristalizada para a população do mesmo. A temática se fundamenta por propor métodos e conclusões de análise para as pequenas cidades, assim como viabilizar uma apreciação dos espaços mais próxima da ciência geográfica através do resgate de uma linguagem com termos explicativos voltados para tal ciência, haja vista a confusão de alguns textos de Geografia com Antropologia e Economia. Para que se ratificasse Cabaceiras como um território em estado de ostracismo aplicou-se 130 questionários e 18 entrevistas, além da observação em campo, evidenciando o município como uma organização socioespacial que perpassou por picos e retração produtivas. Hoje, depara-se estagnada, todavia, sem os percalços do crescimento urbano com possibilidades de ascensão de desenvolvimento em variadas atividades.

Palavras chaves: Cristalização, Dinâmica e Espaço.

MONTEIRO, Thiago André. **THE CRISTALLIZATION SÓCIOESPATIAL OF CABACEIRAS-PB COUNTY**. Campina Grande. UEPB. 2011.

ABSTRACT

Considering the evolution of the geographic space in an exponential rhythm in which global, regional and local elements condensate themselves in a frenetic way modifying the space(s) and its (their) function(s), one question itself, then, the reason of certain territories, so antiquated inside the capitalist production way, do not consist like a more recent new spacial delimitations, being these last more dynamic. In this context, this work aims at proving the phenomenon of social-spacial crystallization of the county of Cabaceiras-PB located in the micro-region of Cariri Oriental paraibano; as well as showing the logic of functioning of this space; applying the categories of territories and space in the historical process of the county; and indicate the reflex of the crystallized condition for the population of this. The thematic justifies itself for proposing methods and conclusions of analysis for the small cities, as well as making it possible an appreciation of the spaces closer to the geographic science through the rescue of a language with explicative terms orientated for such science, since some geographic texts with Anthropology and Economy. For considering Cabaceiras as a territory in an ostracism condition, one applied 130 questionnaires and 18 interviews, besides the observation in field, showing up the county as a social-spacial organization which crossed by pikes and productive retractions. Today, lay stagnated, although without any mishaps of the urban increasing with developing ascension possibilities in a variety of activities.

Keywords: Crystallization, Dynamic and Space.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1 Breve biografia da origem e evolução das cidades	11
2.2 Critérios e Caracterização de uma cidade	14
2.3 “Cidades rurais”?.....	19
2.4 Urbano x cidades.....	24
2.5 Governo: principal agente geográfico dos pequenos municípios.....	27
3. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO GEOGRÁFICA.....	31
3.1 Síntese histórica.....	31
3.2 Localização geográfica.....	31
3.3 Aspectos ambientais.....	33
3.4 Aspectos demográficos e socioeconômicos.....	34
4. EVOLUÇÃO SOCIOESPACIAL DE CABACEIRAS CONFORME AS CATEGORIAS ESPAÇO E TERRITÓRIO: EVIDÊNCIA DE SUA CRISTALIZAÇÃO.....	42
4.1 Relação de forças entre os núcleos do território de Cabaceiras.....	42
4.2 Desmembramentos territoriais.....	49
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	61
APÊNDICE.....	66
ANEXOS.....	69

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho se realiza propósito de comprovar o fenômeno de cristalização socioespacial presente no município de Cabaceiras no período atual de 2011. Sendo esta entendida como um alcance socioespacial que se solidifica não apresentando mudança na sua estrutura após tal processo. Em uma cidade ou município isto pode ser compreendido como uma estagnação de suas atividades, assim como a relação cidade-campo se comporta sem dinamismo de um para com outro.

Como objetivos específicos delineou-se mostrar se Cabaceiras segue um lógica rural ou urbana de funcionamento; aplicar as categorias geográficas de Espaço e Território no processo histórico de formação do município ao examinar os diversos arranjos produtivos que lhe sucederam; e designar o reflexo dessa condição cristalizada para sua população.

O trabalho se fundamenta ao propor métodos e conclusões de análises para pequenas cidades, em que apesar de ser uma tendência hoje, ainda se encontra carente a compreensão geográfica dessas realidades, uma vez que nas pequenas cidades fica difícil indentificar os conceitos dos teóricos da relação cidade-campo por meio dos processos urbano rural.

Cabe então esclarecer que em certos momentos as instâncias de cidade e município são abordados como um única condição geográfica, pois observando o que será exposto mais adiante, compreender-se-á que nos pequenos municípios paraibanos a dinamicidade desses territórios possuem uma inclinação para as circunstâncias oficialmente urbanas, com o campo fora do contexto capitalista de produção. Por outro lado, também há um exame analítico dos núcleos urbanos, do distrito sede e de Ribeira, a fim de apreciar a polaridade dos mesmos, bem como o entorno desses. Assim, a execução deste estudo parte do espaço citadino

Para que a avaliação da temática proposta fosse concebida houve a necessidade de uma situação de referência a qual poderia ser encontrada em uma comparação com outros municípios da mesma micro região de Cabaceiras na fase contemporânea de 2011, ou confrontar o seu presente estado socioespacial com o próprio território de Cabaceiras em tempos passados. Em razão da área a ser trabalhada pela primeira opção ser tão extensa preferiu-se a segunda via.

Ante ao exposto, o resgate da evolução socioespacial de Cabaceiras foi de primordial importância no intuito de evidenciar se a condição cristalizada sempre lhe perdurou ou se é uma particularidade. Nesse sentido, o materialismo histórico dialético foi a método empregado. Cabe destacar que a exploração da história do município não se pautou somente

em contá-la, mas teve-se a preocupação de considerá-la dentre categorias e elementos geográficos, conforme o eixo: espaço-território-modo de produção.

No que concerne a metodologia, adotou-se questionários, entrevistas e principalmente observação em campo. O emprego dos questionários seguiu o exemplo do órgão governamental IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — aplicando-os por domicílios, dessa maneira uma única pessoa poderia responder por todos que residissem no domicílio. Totalizaram-se 130 questionários dos quais 70 foram dirigidos a sede administrativa, 30 no distrito de Ribeira e 30 no campo do município. Para efeito de compração entres as três áreas calculos de proporção foram executados. Dezoito entrevistas foram realizadas com representantes dos setores industriais e de comércio assim como reuniu moradores.

A explicação para o que acontece em Cabaceiras depara-se dividida em 5 seções. A primeira expõe o diálogo entre diversos autores da problemática cidade campo e da questão do território com uma ligeira explanação do surgimento e evolução das cidades, observando o que mudou e o que continua no tempo atual, justapõe as teorias debatidas no contexto da pequena cidade indentificando o seu principal agente geográfico.

Em um segundo momento analisa-se os aspectos sócio ambientais do município, atentando para os feições naturais de relevo, vegetação, hidrografia e solo. Também examina-se os dados sócio econômico de Cabaceiras, como população e distribuição desta, PIB — Produto Interno Bruto —, faixa etária e condições de produtor.

Na sequência parte-se para um estudo geográfico das circunstâncias hitóricas acometidas em Cabaceiras por meio de documentos os quais demonstram as diversas realidades de produção ocorridas nesse território. Nesta conjuntura, elucida-se a falta de atividades dianâmicas no seu antigo e imenso domínio territorial, na qual as diminuições espaciais não foram paralelas a uma concentração de fluxos e objetos produtores na sua sede, enfraquecendo sua polaridade.

O trabalho continua com a apresentação dos resultados e discussões obtidas no aproveitamento dos questionários, entrevistas e observação em campo em que se ilustra as informações adquiridas dos fluxos migratórios, composição de renda e disposição das atividades no nos espaços urbano e rural.

As cosiderações finais termina o trabalho com a ratificação da cristalização socioespacial e efeitos da mesma para o futuro deste território e de sua população.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A cidade é atualmente a organização de objetos geográfico responsável pela caracterização da sociedade frenética na qual vive-se, pois é dela que emanam as ordens de controle do espaço, nela acontecem as manifestações sociais as quais irão se impor e em sua área se encontram várias etnias e grande parte da força de trabalho.

Após surgimento das cidades, a urbanização é um fenômeno que vem moldando o(s) espaço(s) desde então, seja de modo direto agindo dentro da cidade com o seu modo de vida, serviços e produtos característico ou por influências indiretas suscitando a reprodução dessas variáveis em escala menor chegando a locais longínquos à cidade. E o advento das técnicas proporcionou um aceleração na capacidade de atuação das cidades no espaço.

No meio desse processo, as técnicas que aconteciam de modo específico nos seus respectivos lugares se direcionaram para uma congruência com uma difusão de força avassaladora no seu atual estágio entrando em choque com as mesmas forças locais que as elaboraram. O local possui suas técnicas que são consumidas pelo espaço global, este as reelabora por meio dos poderes hegemônicos do capital junto com outras técnicas de variados lugares reenviando esta nova realidade para os locais que as criaram, que por sua vez propiciará um confronto entre as práticas sociais globais (a serviço do capital) e as praticas sócias locais.

Concomitante a esta conjuntura alguns espaços resistiram elaborando um quadro contraditório, outros seguiram a tendência e outros simplesmente foram ignorados pelas técnicas globais, sendo a primeira e ultima situação muito comum em países subdesenvolvidos.

Nesse contexto, algumas cidades se comportaram conforme uma dessas circunstâncias, ou melhor dizendo no caso do Brasil, alguns municípios. Surgiram unidades territoriais as quais se desenvolveram ou cresceram se configurando como verdadeiro oasis do fenômeno urbano enquanto algumas parecem acender com um eterno atraso quando se leva em consideração a disposição de produtos, serviços, técnicas, diversidade cultural entre outros, os quais se espera encontrar na realidade urbana.

Ante a essa conjuntura ver-se o que os estudiosos da geografia urbana e historiadores podem afirmar para o quadro aparentemente inerte em termos socioespaciais de um município do nordeste brasileiro o qual certamente apenas segue a tendência em micro escala do que sua região atravessa.

2.1. Breve história da origem e evolução das cidades

Conforme disse Souza, faz-se necessário uma análise histórica para a compreensão dos objetos de estudo da ciência geográfica. Deste modo depois de fazer referência alguns assentamentos humanos os quais para os padrões de hoje seria um ponto de 300 por 1300 metros na cidade de Rio de Janeiro tais como Catal Huyuk, Ur, Susa, ele comenta que: “Na verdade, mais importante que saber quais foram as primeiras cidades é saber em que contexto e como surgiram as primeiras estruturas espaciais classificáveis como urbanas”. (SOUZA. 2003).

Com o avanço das técnicas da pedra lascada para a pedra polida e conseqüentemente toda a diversidade de outras técnicas que isso proporcionou, grupos humanos passaram a praticar agricultura gerando excedentes alimentícios desobrigando uma parte desses grupos da função de coleta e caça de mantimentos. Esta parcela agora se dedicava a outras atividades ligadas a artes, segurança, religião e posteriormente ao comércio. (SOUZA. 2003).

A implicação dessa separação da população em novos grupos foi o brotar do exercício exclusivo do poder por esta nova forma de organização espacial representado socialmente por uma classe que desde já optou por assumir o papel de administrar a sociedade que emergia. Logo, esta função (administração e poder) que passou a existir devido à alteração técnica que o homem descobriu, cunhou uma característica que se antes havia sido uma conseqüência de outra situação, agora passava a ser um elemento impulsionador da própria cidade, o cargo de poder e controle do espaço, sintetizado por Souza como se ver abaixo:

Em geral, contudo, acabou se desenvolvendo em muitos locais simultaneamente, um aparelho de estado, vale dizer uma estrutura de poder e de dominação formalizada, determinado no seio da sociedade, uma separação rígida e auto-perpetuável entre dirigentes e dirigidos, entre elite e povo. (SOUZA. 2003. p 45)

O que se identifica nessa série de acasos advindas do progresso tecnológico é a uma das primeiras divisões do trabalho (dirigente e dirigidos), e que fosse por qualquer transformação que a partir de então a cidade viesse a passar esta constante já mais lhe seria tirada e se tornaria cada vez mais complexa.

Hoje, muitos estudiosos buscam explicar a intrincada urbanização que ocorre penetrando o campo, bem como as resistências de algumas áreas com constituições campais dentro da cidade. Porém, Le Goff advertiu que tal condição já sucedia nas cidades da alta idade Média

A cidade medieval permanece mesclada ao campo, deixando fora de suas muralhas subúrbios e um arrabalde plantados (sic) no campo, acolhendo no interior de seus muros, em compensação, pedaços de campo, terrenos cultivados, prados, espaços vazios e, ocasionalmente, camponeses refugiados. O termo "cidade campestre", dado às mais permeáveis ao campo, pode aplicar-se, na realidade, a qualquer cidade medieval. (LE GOFF. 1992. p 12).

Nesse contexto, a muralha, propriedade comum a cidade desde a antiguidade, começava ruir não só pelas balas de canhões oriundos do progresso tecnológico, mas também por alguns costumes do modo de vida lento do espaço campestre dinamizando a estrutura rígida que até então a cidade apresentava. O papel militar desses centros espaciais vai aos poucos desaparecendo.

Outro traço em comum, era sua disposição polinucleada, que embora esses núcleos nem de longe se aproximassem da diversidade de produtos e serviços que encontramos nas cidades atuais, conseguiam exercer uma atração ocasionada pela justaposição de funções. Um desses centros assumia uma função específica que os outros não possuíam, sendo assim no centro da igreja (*cit *) não se praticava comércio de nenhuma espécie, por outro lado no centro burgo não se observa elementos religiosos, visto que:

Para muitas cidades medievais, com efeito,   um problema alcançar a unidade a partir da multiplicidade dos núcleos que a princípio se justapuseram ou, em todo caso, da freqüente dualidade que opõe uma cidade antiga, a *cit *, cidade episcopal, senhorial, com grande propor o de eclesiásticos, a uma nova aglomera o nascida do artesanato e do comércio, o burgo. E o que Yves Barel chama de "cidades divididas" e "cidades reunidas". (LE GOFF. 1992. p 12).

Cabe ressaltar que somente os nobres se achavam no campo enquanto que a elite do clero se encontrava na cidade. Essa contradi o acabou-se por refletir na dualidade da cidade medieval a qual se deparava combinada ao campo. Observa-se nesse momento o reforço da eficácia das elites na forma e fun o da cidade.

A medida que a cidade cresce seus moradores começam a reivindicar para si mais autonomia político-administrativa e desta maneira, os antigos poderes das elites as quais na idade média se localizavam no campo¹ passam a serem reivindicados pelo resto dos cidadinos. Sobre isso Le Goff destaca:

Em Clermont, já no primeiro foral que conhecemos, em 1219, o conde Guy II faz estipular que, em troca do direito para a comunidade urbana de reunir-se e de fazer "o que lhe compete", os cidadãos (*cives*) deverão vigiar os muros e as torres e limpar os fossos. [...]. Por conseguinte, os camponeses, eventuais beneficiários da prote o

1 - Senhores feudais em seus castelos que por sua vez davam segurança em tempo de guerra para seus servos. Esses castelos eram cercados por campos dando uma forte característica rural a essas organiza o sócio-espaciais.

da muralha urbana, são chamados com bastante freqüência, ao que parece, a participar de sua vigilância. Em Poitiers, os aldeões dos povoados vizinhos colaboravam para a manutenção da muralha e participavam do serviço de *espreita*. Ressaltou-se que os 6km de muralhas, encerrando uma população relativamente pequena (15.000 habitantes?), requeriam, para ser eficazes, um grande número de vigias, de reparadores e, em certas ocasiões, de defensores. (LE GOFF. 1992. p 14).

Tal conjuntura fez desencadear um movimento de ação involuntária mas solidária por parte de seus moradores no empreendimento de tomar para si obrigações antes saciadas pelas elites, por outro lado reclamavam mais liberdade de comércio, política, de aparelhamento entre outros.

A cidade de hoje, imponente sobre o campo, acelerando exponencialmente sua produção, composta por uma rede integrada altamente densa, criadora de necessidades e com diversas classes sociais, ramifica-se da cidade impactada pelas revoluções industriais. Neste momento histórico, em que a indústria se agrega a cidade o poder de atração desta última amplia como nunca antes visto na história das cidades. Exposto pelos estudos de Monte Mor:

Na verdade, a urbanização tal como hoje a entendemos se iniciou com a cidade industrial. Até o surgimento da indústria fabril e sua concentração nas cidades e metrópoles européias, o processo de urbanização se restringia a algumas poucas cidades onde o poder e/ou o mercado se concentravam. Poucas eram as aglomerações humanas que hoje poderiam ser chamadas cidades no período que antecedeu à “revolução industrial”. A população vivendo em cidades não ultrapassava 20% em quase todos os países. (MONTE-MOR. 2006. p 8)

A antiga morfologia se modifica, a indústria vem para o centro da cidade e impõe a sua lógica de produção ao modo de vida dos cidadãos. Agora não é somente o indivíduo que se beneficia das amenidades urbanas mas também deve cumprir metodicamente seu papel, tal como uma peça de uma grande maquina, para que a macro estrutura continue a lhe oferecer condições de satisfazer as necessidades que ela própria elabora para estas pessoas, uma vez que:

O espaço privilegiado da reprodução da sociedade fica, então, subordinado à lógica do “industrialismo” e às necessidades indústria e como tal, devendo reunir as condições de produção necessárias. Entre essas, com destaque, está a reprodução coletiva da força de trabalho, sintetizada pela habitação e demandas complementares. (MONTE-MOR. 2006. p 9)

O saldo dessas circunstâncias foi a expansão das atividades secundárias, ascende uma nova organização da produção, a divisão social do trabalho se condensa surgindo novas

profissões. A indústria torna-se o objeto geográfico que marca como divisor de um mundo rural para o urbano.

2.2. Critérios e Caracterização de uma cidade

Toda a transformação gradual da cidade ao longo do tempo levanta questões do tipo, “o que era uma cidade há milênios atrás, na antiguidade ou na idade média seria uma cidade hoje?”. Por outro lado, o complicado emaranhado de formas, funções e tamanhos que a cidade possui atualmente faz suscitar quais particularidades estão presentes na cidade ultimamente que a diferencia de seu entorno imediato ou do campo.

Bernadelli, recorrendo a Angulo e Domínguez, dispõe de uma solução para essa questão elencando alguns princípios: densidade demográfica, tamanho demográfico, aspectos morfológicos, modo de vida, as atividades e geração de inovações.

No que tange aos dois primeiros subsídios a própria autora aponta as falhas como se ver abaixo:

O primeiro critério refere-se ao tamanho demográfico, sendo este um dos mais utilizados em nível internacional, tanto pela possibilidade de permitir as comparações, quanto pela simplicidade na obtenção dos dados. Por outro lado, definir a cidade tendo como única base tal critério [...], levaria a uma simplificação problemática da realidade. O segundo critério é relativo à densidade, já que a cidade implica em concentração espacial, tendo ao mesmo tempo importantes desdobramentos econômicos, como a diminuição das distâncias, o aumento das trocas e etc. (sic). [...] devido à dificuldade em sua verificação em função do fato de nem sempre haver conhecimento preciso dos limites e da área urbana, esse critério não é muito utilizados nas estatísticas. (BERNADERLLI, 2006. p 34-35).

Desse modo, há uma projeção de que pelo número de pessoas e a concentração destas em um espaço forçaria à atividades não-agrícolas surgindo as atividades de serviços. Mas, e o que dizer sobre os povos nômades da Mongólia do século XIII na qual alguns clãs superavam em número de indivíduos os habitantes de uma parte das cidades brasileiras de hoje chegando à quantia de cinco mil a dez mil pessoas? (SOMA. 2003). Logo, nota-se a necessidade de algo mais para a problemática do que é uma cidade.

Talvez a saída para essa dificuldade posta pelos números fosse o aspecto concreto e palpável da cidade o qual Bernadelli escreveu:

as formas urbanas também são utilizadas na definição de cidade. A representação cartográfica de cidade considera as formas assumidas em seu processo de produção, sendo sua expressão material: as edificações, a forma de parcelamento do solo; a estruturação de uso do solo, as vias de transportes, os espaços públicos e privados e etc (sic). (BERNADELLI, 2006. p 35).

Nesse sentido, pelos aspectos morfológicos ficaria mais fácil para delimitar o espaço urbano, uma vez que todos esses objetos geográficos assumem formas geométricas bem visíveis tanto no real quanto em representações do real (mapas por exemplo), facilitando as associações como componentes diferentes do campo. Contudo o conteúdo humano responsável pela dinâmica na cidade fica de fora desta perspectiva de análise e espaços urbanos abandonados ainda seriam cidades mesmo que por eles não passassem nenhum fluxo.

Quanto ao modo de vida Bernadelli afirma que a cidade evidenciaria a diversidade de culturas conforme a idéia:

O modo de vida dos habitantes de uma da localidade pode ser incluído como elemento que contribui para a definição de cidade, tornando-se como referencia a idéia de “cultura urbana”. Este elemento tem intrínseca relação com a divisão do trabalho, assim como com a heterogeneidade social dos habitantes de uma cidade, portanto, que enseja múltiplas inter-relações. (BERNADERLLI, 2006. p 36).

A cultura na cidade, nesse argumento, é produto da divisão do trabalho insinuando que um local com diversidade cultural (modos de vidas) se elucidaria condensado em relações de produções também distintas umas das outras. Entretanto, mais a frente deste tabalho verá que a cultura urbana nem sempre fica limitada ao espaço da cidade e que o campo não é mais precisamente rural.

Singer explica mais profundamente como a divisão do trabalho influencia na variedade de culturas no espaço citadino por meio da estratificação de classes:

A produção do excedente alimentar é uma condição necessária mas (sic) suficiente para o surgimento da cidade. É preciso ainda que se criem instituições sociais, uma relação de dominação e de exploração, que assegure a transferência do mais-produto do campo à cidade. Isto significa que a existência da cidade pressupõe uma participação diferenciada dos homens no processo de produção e de distribuição, ou seja, uma sociedade de classes. (SINGER apud SILVA. 2006. p 68)

Dessa maneira, cruzando os pensamentos de Bernadelli aos de Singer, os poucos modos de vidas constituídos nas pequenas cidades do Nordeste do Brasil seria indício de casos nos quais a sociedade de classes pouco se dilatou, tendo em vista o forte tradicionalismo desses lugares, algumas vezes mostrando-se até avessos aos elementos globais, portanto, o grau de urbanização seguiria a mesma tendência configurando-se limitado. O que ainda se extrai desse paralelo de opiniões dos dois autores, era saber em que circunstância se encontra então os municípios nos quais a população rural em termos quantitativos é igual à urbana, estaria a classe sobrepujante no ambiente campestre? Caso isso aconteça, toda a estrutura de classes sociais dessas cidades se encontra subordinada ao campo.

As atividades para Bernadelli seria o critério que mais se prestaria para definir uma cidade pois:

as atividades às quais se dedicam os habitantes são um dos elementos que mais contribuem para definir a cidade. O caráter urbano amplia-se quanto maior o nível e a quantidade de atividades não agrícolas presente, ou seja, a análise das atividades a que se dedicam os habitantes concorre para uma maior distinção do seu entorno. (BERNADERLLI, 2006. p 35).

Neste ponto de vista, o rural vincular-se-ia às atividades agropecuárias, extrativistas, mineradoras ou de pescas e a cidade caracteriza-se pelo setor industrial, comércio e serviços. Na Itália e Peru um local somente é considerado cidade quando 50 % da população está empregada em atividades não-agrícolas. (BEJAUR-GARNIER. 1997). Porém a própria Inglaterra começou sua industrialização com unidades fabris dispostas no meio campal, o que falar também de fábricas que funcionam em regimes cooperativos nas comunidades rurais sem descaracterizar o modo de vida dessas áreas incluindo as atividades primárias.

Weber clarifica este litígio ao afirmar que “a cidade é, primordial e essencialmente um local de mercado. Apesar de nem todo local de mercado ser uma cidade (WEBER, apud SOUZA. 2003. p 25). Reforçando a ideia de Weber, Christaller elenca:

Toda cidade é, do ponto de vista geoeconômico uma localidade central, de nível maior ou menor de acordo com a sua centralidade, ou seja de acordo com a quantidade de bens e serviços que ela oferta e que fazem com que ela atraia compradores apenas das redondezas, de uma região ou [...] de um país. (CHRISTALLER, apud SOUZA. 2003. p 25).

Para que a localidade central dito por Christaller exista, precisa-se do local de mercado, o qual é analisado no sentido proposto por aquele, o *geoeconômico*. O vocábulo *geo* consegue captar a complexidade de um local central, pois neste espaço há pessoas aglomeradas que são auxiliadas e abastecidas por setores comerciais e de serviços viabilizados por um ponto/área de encontro dos fluxos, geridos por órgãos possuidores de uma autonomia administrativa capaz de organizar o contorno dessa área.

Nesse contexto, a centralidade espacial assegura a junção de todos os critérios até então propostos, diante do fato de que, o que não origina a centralidade acaba sendo consequência imediata dela tal como os modos de vidas e morfologia. Entretanto, locais de troca de mercadorias não assevera que também os situem como localidades centrais, tal como Weber observou, pois mesmo que o local de mercado se viabilize por fluxos, esses são limitados ao comércio faltando variedade de elementos para o estabelecimento da sociedade (residência, escolas, bancos, rede de esgoto, entre outros) .

A área de Engenho do Ramos no município de Paudalho-PE pode ser perfeitamente usada como alusão ao local de mercado sem localidade central, o mesmo é transpassado por uma via férrea assistido por uma igreja, um pequeno comércio de miudezas e lanchonetes, a maioria da estrutura é de madeira e sem calçamento (Pesquisa direta. 2010).

O efeito imediato da junção dessas variáveis mencionadas até o momento em um só lugar é a geração de inovações conforme o que Bernadelli comenta de Angulo e Domínguez:

O último elemento considerado [...] diz respeito à geração de inovações, bem como seu caráter difusor, em todos os setores. Ainda que esse espaço seja pouco considerado na definição de cidade, constitui, na visão desses autores, “[...] parte essencial do caráter urbano” teve e mantém expressivo papel no processo de urbanização. (ANGULO E DOMÍNGUEZ apud BERNADELLI. 2006. p 36)

A cidade então é o lócus da intelectualidade, é nela que se cria as necessidades do modo de produção capitalista, onde se processa os conhecimentos para que os mesmos se ampliem. Esse discernimento não é preconceituoso com o campo no sentido de apontá-lo como desprovido de saber, pelo contrário, admite-se que o conhecimento vem de todos os espaços², contudo, é na cidade que os conhecimentos são trocados, repassados, aumentando sua escala visto a diversidade de opiniões acadêmicas e técnicas concentradas nela. Logo, mesmo que o campo origine algum saber, este só será computado na existência da humanidade se auferir o respaldo científico, condição esta obtida na cidade.

Santos, considerando o modo de produção, contribui para o debate estabelecendo alguns subsídios para a relação cidade-campo, pressupondo um limite de complexidade urbana na qual a cidade deve sobrepor o campo para ser intitulada como tal, como se ver abaixo

quando o nível de complexidade das atividades urbanas se situa abaixo dessa cota, não se pode propriamente falar de dissociação geográfica. Em outras palavras, as atividades não agrícolas presente na aglomeração dependem estreitamente das atividades agrícolas do ambiente e desaparecem sem ela. (SANTOS apud SOARES. 2009)

Caso a aglomeração seja pouco ramificada em sua complexidade ela estaria então uma região agrícola também ilustrada por Santos.

A região urbana tem sua unidade devida sobretudo a inter-relação das atividades de fabricação ou terciárias encontradas em seu respectivo território, às quais a atividade

2 - O conhecimento é uma entidade humana e que, portanto não torna o espaço um elemento decisivo para dizer se uma pessoa que se localiza em determinadas áreas possui mais ou menos conhecimento do que outras, tal como se observava no Determinismo Geográfico.

agrícola existente preferentemente se relaciona. A região agrícola tem sua unidade devida à inter-relação entre o mundo rural e o mundo urbano, representado este por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes e que dependem, segundo graus diversos, dessas atividades. (SANTOS apud BERNADELLI. 2006. p 45)

Isto reforça a explicação de que os critérios como densidade e tamanho total da população não serem suficientes na definição de cidade, pois o dinamismo dessas localidades podem estar ligado única e estreitamente ao universo campal, a ponto de se caracterizarem como decadentes se as atividades primárias enfraquecerem .

De acordo com Santos então todo município no Brasil será uma cidade local, pois as rendas do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) são suficientes para manter uma localidade como urbana (quadro de funcionários públicos responsável pela movimentação da renda em pequenos municípios e a outra parte advém de aposentados e pessoas que enviam recursos depois de emigrarem). Assim a base da imposição o Estado brasileiro é capaz de criar as “cidades locais” propostas por Santos.

O poder da seletividade espacial atuante no modo capitalista de produção é um fator a ser considerado, o qual Bernardelli com o respaldo de Angulo e Domínguez comenta que:

Entretanto, o conjunto de papéis urbanos de uma dada cidade não se relaciona somente ao tamanho de sua população, mas também ao nível de desenvolvimento em que se encontra uma certa região. Tal fato é reforçado com a renda dos habitantes que residem em determinada cidade, que pode estimular ou dificultar o surgimento de certas atividades. (BERNADELLI, 2006. p 34)

Nesse contexto, uma cidade pequena no interior do Cariri paraibano que possua pelo menos um mínimo de infra-estrutura provida de dois mercadinhos, banco, caixa econômica federal, um mercado público, correios, uma linha de ônibus ligando com outras localidades, uma farmácia, fórum, três escolas e três praças. Assim como bens de consumo básicos a exemplo de vestimentas, diversidade de alimentos, remédios e até mesmo móveis. E que receba um tráfego de pessoas ou mercadorias provocado por uma “feirinha local” pode parecer bastante promissora frente a outros municípios mais debilitados nesses pontos.

Souza na sua obra “ABC do Desenvolvimento Urbano” aponta como traço peculiar da cidade colocando-os como problemas específicos deste meio, os quais fariam qualquer transeunte admitir o local que os possuíssem como cidade:

Há, porém, alguns tipos de manifestações de criminalidade violenta, ou de violência em geral, que estão intimamente conectados às peculiaridades do espaço urbano [...] a violência no trânsito; os quebra-quebras de protestos em estação ferroviária ou de ônibus; os conflitos entre quadrilhas rivais de , traficantes de drogas; choques entre gangues de ruas ou bairros diferentes. (SOUZA. 2003. p 82)

Claro que a maioria dos percalços assinalados acima estão intimamente ligados a falta de desenvolvimento da cidade e aumentam conforme estes tipos de cidades crescem. Nos países subdesenvolvidos pode-se acrescentar a favelização enquanto que nos países-centro um bom sistema de transporte evita parte desses problemas. Há porém em nosso país, cidades que nunca tiveram ou pouco registraram ocorrência de brigas de gangues porque a mesma não equivale a um bairro de uma grande cidade. As ruas de um município pequeno comportam muito bem o seu tráfego de carros.

O que interessa saber então é se essa conjuntura sucede de um incapacitado desenvolvimento ou se a cidade se encontra com seu dinamismo socioespacial estagnado. Obviamente que esse conjunto de transtornos sociais não pode ser usado como medidor do grau de urbanização, tendo em vista que a própria sociedade se empenha em combatê-los (pelo menos teoricamente), mas é fato ter que admitir que os espaços os quais os possuam de maneira agrupadas seguem a uma lógica urbana amplificada.

Frente ao exposto nota-se que esses critérios e características em separados não dão conta da dimensão da situação socioespacial da cidade, do mesmo modo que quando tomado em conjunto tornam realidades como pequenos municípios um caso ambíguo de definição. Isso faz elucidar para importâncias dos estudos nessas áreas não apenas visando a cidade como um todo capaz de conter todas essas condições, mas deve-se frisar uma abordagem mais sistemática na hierarquia das cidades, mostrando se muito desses locais convergiram para apenas algumas dessas conjunturas e que portanto quais ocupariam o mesmo patamar e assim classificá-las segundo os modos de reprodução social semelhante.

2.3. “Cidades rurais”?

De acordo com o que foi discutido tais critérios são perfeitamente aplicáveis a realidades de grandes centros com carros circulando a todo instante, administrada em subdivisões como bairros, capaz de suprir as necessidades comerciais de seus moradores assim como a maioria dos serviços, condensadas em edifícios e condomínios e pessoas apressadas para cumprirem suas obrigações de forma mais impessoal possível.

No entanto, será que este mesmo julgamento pode ser aproveitado em conjunturas as quais se mostram altamente distintas das organizações espaciais supracitadas, de movimentos amenos, tão pequenas que todos se conhecem pelo nome, seus setores são separados por quilômetros de distância com vazios demográficos, nos quais itens mais sofisticados não são encontrados assim como serviços especializados, suas construções são simples não chegando

a dez o número de prédios com dois pavimentos, todavia seu aspecto de comunidade evidencia-se muito forte a ponto de perguntar se o traço rural ainda está presente nestes espaços.

Veiga em seus estudos os quais criticam a percepção do que é oficialmente urbano no Brasil em uma de suas inúmeras descrições de algumas pequenas cidades brasileira diz:

Qualquer pessoa que conheça um município de pequeno ou médio porte localizado fora de aglomerações poderá confirmar que sua economia é essencialmente alicerçada na utilização direta de recursos naturais. Claro, haverá certamente atividades comerciais, de transporte e outros serviços. E mesmo indústria classificadas como empresas urbanas. Só que quase tudo diretamente vinculados a lides agrícolas, pecuárias, florestais, pesqueiras, minerais, ou a recreações dependentes da natureza. Mesmo em suas Câmaras há sempre larga maioria de vereadores que atuam nesses ramos da economia. (VEIGA. 2003. p 56)

Veiga ainda articula que a população rural desses municípios quando migram para tais cidades vão em busca de uma suposta melhoria de estrutura (acesso a água, eletricidade, correios, escola primária entre outros), que no entanto não são encontradas. Essas mesmas pessoas ainda perdem os direitos dirigidos para os que residem no campo (cestas básicas, seguro safra), (VEIGA. 2003. p 57). Há então uma urbanização ditada pelo campo nestes espaços que não se define por completo, com a animação viabilizada pelo ritmo do campesinato na qual até mesmo parte da elite dessas cidades é associada a atividades primárias.

Embora haja uma pequena variedade de segmentos econômicos nesses recintos, levando a uma ilusão de ser uma cidade, Veiga explica:

A verdade é que são bem diversas as combinações entre os vários tipo de atividade econômica que permitem elevar os níveis de renda, educação e saúde de muitas populações que continuam rurais. As novas fontes de crescimento das áreas rurais estão principalmente ligadas às peculiaridades dos patrimônios naturais e cultural, o que só reafirma o contraste entre os contexto ambientais do campo e da cidade. Em fim, a visão de uma inelutável marcha para a urbanização como uma única via de desenvolvimento do campo só pode ser considerada plausível por quem desconhece a imensa diversidade que caracteriza as relações entre espaços rurais e urbanos dos países que mais se desenvolveram. (VEIGA. 2003. p 86).

Portanto, as relações socioeconômicas que desenvolvem uma determinada população não tornam o local desta uma cidade, mesmo que estes núcleos possuam uma diversidade de atividades, pois conforme analisado por Veiga, a heterogeneidade de ramos econômicos não se mostra suficiente para admitir um lugar como urbano se seu tronco estiver fundamentado no âmbito primário. O pouco movimento que se nota nesses redutos tem justamente como

artifício usado para impulsionar o ramo terciário — e as vezes o industrial — o ambiente rural, modo de vida pacato, produtos artesanais, representados pelo turismo, moradias entre outros.

Maia direciona alguns apontamentos para a definição de cidades pequenas utilizando como objeto de estudo as circunstâncias paraibanas demonstrando questões que só podem ser acometidas quando se estar em campo:

Constata-se que nessas localidades a vida urbana se faz presente não pelo que se faz ou pelo que se produz ali, mas pelo que vem de fora, pela televisão, pelo vídeo game, pelo telefone, pelo celular, pelos ônibus ou pelos visitantes. O que na verdade a maioria dos habitantes faz é cuidar do roçado, tirar ou pegar o leite do curral, levar os animais para o pasto e, (sic) à noite, colocar a madeira na calçada e esperar o horário da novela e/ou do jornal na televisão e também o vento chegar para poder dormir. (MAIA. 2009. p 155)

Todavia, com o processo de globalização, fica a ressalva do que de fato seria produzido realmente nos locais, haja vista que mesmo centros maiores também não produzem ampla parte de seus produtos (eletrodomésticos, carros, vestimentas) assim como certos serviços (eletrodomésticos, carros, cinemas, shoppings, atrações internacionais entre outros).

Ainda que seja um fato bastante notório quando em lócus, Maia científica o paralelo de um baixo número de habitante com pouco dinamismo urbano:

Sabe-se que o contingente populacional não demonstra a realidade dos núcleos pesquisados. Contudo, no sertão paraibano, verifica-se uma certa correspondência entre o baixo índice populacional e a pouca dinâmica urbana. [...] É fato que grande parte dos municípios mais recentemente criados no estado da Paraíba apresentam baixo contingente populacional, principalmente na sua sede municipal. Contudo, ocorre que alguns municípios criados logo após o decreto de 1938 também podem permanecer com insignificante contingente populacional. (MAIA. 2009 p 151)

Ressaltou-se que a aglomeração de pessoas não ocasiona a cidade, agora com este análogo ponderar-se que as atividades possuem mais ação do que os números. Talvez não só as cidades paraibanas mas se restringindo ao objeto de pesquisa de Maia, analisa-se que essa correlação é uma constante na produção/reprodução das cidades da Paraíba.

Neto, atentando para o quesito da auto-suficiência descreve verdadeiros “centros rurais” no Centro-Oeste brasileiro:

Observa-se que em Aquidauana, assim como em qualquer outro pequeno agrupamento populacional da região, cada família produzia para si a maior parte dos gêneros de primeira necessidade e, para tanto, em seus quintais, criava porcos, galinhas, vacas e etc., (sic) que lhe forneciam banha, penas, ovos, couro, carne e leite. [...] pode-se dizer que ao produzirem para seu próprio consumo, aquelas famílias produziam valor de uso, mas não produziam mercadoria, pois aquele tipo de

produção embora pudesse resultar num (sic) excedente que seria comercializado, tanto nos interiores das vilas, quanto com esporádicos viajantes, não estava direcionada exclusivamente para tal, num (sic) possível mercado de trocas. (NETO. 2006. p 207).

Desta forma, embora com toda sua imponência, a cidade não produz os itens de primeira instância, nela se transforma, comercializa e amplia-se esses produtos, mas não visualiza-se espaços nos quais haja o cultivo ou crie tais gêneros, ainda que esta realidade se configure nos limites periurbanos, contudo semelhantes áreas já se encontram sob a polaridade do ambiente campestre, colocando sua condição como dual.

A cidade então subjuga essa função de menor relevância, para a reprodução ampliada do capital, ao campo. Mesmo que alguns artigos industriais sejam elaborados no campo, sua utilidade só se evidencia na cidade³. Por conseguinte, nas organizações espaciais indubitavelmente urbanas o valor de troca e transformação está acima do valor de produção.

Ferreira adiciona às metodologias que fazem uso das pesquisas em lócus, o método fundamentado no cotidiano empregando-o de forma a se compreender melhor a cidade como artefato em que a reprodução do capital ocorre de maneira mais acelerada:

As pequenas cidades se encontram submetidas a uma lógica de espaço-tempo diferenciada, estando num tempo “devagar”, “lento” e “preguiçoso”, que se opõe ao tempo metropolitano. [...] Diante desse entendimento, vemos o lugar como entendimento da totalidade, pois a sua (re)produção só se torna possível por meio de sua articulação com o mundo capitalista, sendo este que define a função e atuação do lugar no contexto global da divisão internacional do trabalho. No entanto, temos que admitir que os lugares participam da conjuntura do todo, como também o todo participa da conjuntura do lugar. (FERREIRA. 2009. p 72-73)

É então na escala da categoria de lugar que o cotidiano revela como o capitalismo age nesses diferentes aglomerados, da mesma maneira o qual cada um convém ao esse sistema. Destarte, a categoria de lugar, com a disposição de modo analítico de sua caracterização (o vivido, laços afetivos, emoções entre outros) seria o mais conveniente para estudar geograficamente uma pequena cidade. Contudo, o cotidiano somente se prestará como método de pesquisa se englobar variáveis do tipo objetos, ações, técnicas e tempo tal como enfatizou Santos. (SANTOS apud FERREIRA. 2009. p 73).

Dimensionada sobre os dados de circulação de receitas nos pequenos municípios, Gomes confabula na descrição desses territórios:

3 - Uma indústria de minério de ferro transfere seu produto para metalúrgica que por sua vez transforma seu produto para ser utilizado pela montadora, a qual usará as peças para montar um carro que servirá na maioria das vezes a cidadãos que utilizam transporte para chegar em seus locais de trabalho, lazer e moradia.

Enquanto (sic) nas grandes cidades e nas capitais, o Imposto Sobre Serviços (ISS) é uma importante fonte de receita municipal, uma vez que a prestação de serviços nessas cidades se insere num processo dinâmico, segundo o próprio desenvolvimento do setor terciário, nas pequenas cidades, graças a pouca dinamicidade da economia, o setor de serviço é muito frágil. Algo semelhante acontece com o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). (GOMES. 2009. p 91).

Nesse contexto, as pequenas cidades, e\ou os pequenos municípios somente servem ao modo capitalista de produção como espaços de reserva para sua expansão ou de mão de obra, até que aquele por meio de seus agentes atente para o local e o insira em algum processo de produção⁴, caso contrário, ficarão delegados a estagnação nas circunstâncias estabelecidas pela “guerra de lugares” (SANTOS apud BEZERRA, 2006. p 32) .

Nesses espaços não há uma atividade capaz de gerar uma reação em cadeia de crescimento econômico, nem no setor primário, nem no secundário e no terciário. Pois o ISS não surte efeito nas receitas do município visto que sem uma quantidade considerável de serviços, o máximo que se origina são serviços isolados. O IPTU — Imposto Predial e Territorial Urbano — por conseqüência segue a mesma linha, haja vista suas populações dependentes de políticas públicas sem respaldo de atividades econômicas que garantam mais de que o básico, os governantes acabam por não cobrarem ou dão incentivos para que sejam debitados, servindo de estratégia eleitoral.

Veiga adverte, no entanto, que a ruralidade já deixou de ser sinônimo de decadência baseado nas três classificações recomendadas pela OCDE — Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Essencialmente rurais, relativamente rurais e essencialmente urbanas:

Mais interessante, contudo, é que o valor da nova tipologia pouco tem haver com essas comparações entre países. Sua maior utilidade estar na identificação nos estilos de desenvolvimento que se mostram mais recorrente em cada um desses três tipos regionais. Ela revelou que são as regiões relativamente rurais as que mais criam emprego e que algumas das essencialmente rurais, como a Baixa-Baviera, estão entre as mais dinâmicas. Foi por isso que a OCDE resolveu assumir que “ruralidade não é mais sinônimo de atraso”. (VEIGA. 2003. p 98)

Há porém dois problemas no Brasil os quais causam entrave para que locais que seriam considerados por Veiga relativamente rurais se dinamizem. O primeiro concerne a estrutura fundiária arranjada em forma de *plantation*, tal condição atinge diretamente parte da

4 - Determinadas cidades no Cariri paraibano (São Domingos do Cariri, Cabaceiras, Boqueirão entre outras) estão aos poucos sendo englobadas como extensões terceirizadas de indústrias têxtil localizadas nas cidades pernambucanas de Vertente e Turitama.

população campestre excluindo-a de uma agricultura familiar, de imediato a circulação de renda fica comprometida forçando ao êxodo rural. A tecnificação do meio campestre dilatando a produção conferindo uma agropecuária sofisticada não ajuda na animação socioeconômica desses ambientes, pois, conforme Veiga isto só contribui na constituição de paisagens monótonas (VEIGA. 2003. p 72) com ínfima ocupação dessas áreas semelhantes aos condados agrícolas dos Estados Unidos.

A outra dissidência se refere a insistência dos órgãos governamentais, principalmente o IBGE, em reconhecer incondicionalmente qualquer sede de município, assim como seus distritos como urbanos. O impacto desta forma de análise interfere negativamente nesses pequenos municípios, visto que os investimentos governamentais acabam se dirigindo a setores errados mantendo o ciclo da improdutividade desses espaços.

Frente às propeções manifestadas nesta secção infere-se que essas pequenas cidades e\ou municípios regem espaços e economias rurais, nos quais suas polaridades quase nunca vão além de seus limites, pelo contrário, muitas vezes se mostram débios em atender o seu próprio polo. O tempo e produção nesses ambientes transmitem a impressão de estarem desconectados ao sistema produtivo atual, o capitalismo, pois poucas vezes são perturbados pelos elementos globais, que somente são notados em um minucioso exame das variáveis que lhes compõem.

A predominância ou pouco mais que a metade de suas populações no campo configuram-lhes com uma elite ainda ligada a terra garantindo uma estratificação social pouco diversificada restringidas aos redutos meios considerados oficialmente urbano no país, as suas sedes.

2.4. Urbano x cidades

O pleito do que é uma cidade e como esta se metamorfoseia desdobrou-se até agora em discernimentos na maioria das vezes quantitativos e rígidos, pondo maior parte das cidades brasileiras distante dessas realidades. Nesse sentido, aprofundou-se no estudo dos pequenos núcleos a fim de compreendê-los com uma lógica local e dados mais específicos, o que por sua vez os evidenciaram como espaços ainda contraditórios, ora seguindo instância de cidade ora submissos ao campo.

Entretanto, alguns teóricos da problemática da relação cidade-campo⁵ no século XX já demonstravam que essa rigorosa distinção não elucidava a descontinuidade do que é cidade e

5 - Lefebvre (LEFEBVRE apud ENDLICH. 2006), Souza (2003) e o próprio Santos (2000).

do que é campo. Para tanto apontaram outra forma de análise através dos processos que acontecem no espaço, o urbano-rural. Sposito também se ampara nesta maneira de explorar a relação cidade-campo afirmando:

Em outras palavra tem se ampliado, consideravelmente, a área de transição entre o que se apreende como cidade e o que se compreende como campo, gerando um nível maior de indefinição ou de dificuldade de distinção entre espaços urbanos e espaços rurais. (SPOSITO. 2006. p 120).

Esta complicação em balizar a fisiologia do urbano-rural nas palavras de Sposito decorre hoje da fluidez do espaço o qual se configura cada vez mais integrado em vários tipos de redes, pois as mesmas proporcionam uma extensão do urbano no campo. Por outro lado essa constante é viabilizada por poucos produtos (computador, televisão, celular, carros entre outros) os quais dissipam uma cultura comum pelo território camponês.

Tem-se então o urbano como modo de vida levado aos agricultores, criadores, extrativistas e pescadores que o assimilam sem necessariamente romperem com o espaço em que vivem. Endlich compactuando com Wirth assim exemplifica:

Wirth defende o urbano como um modo de vida, alegando que a urbanização já não denota meramente o processo pelo qual as pessoas são atraídas a uma localidade, intitulada cidade, e incorporadas em seus sistemas de vida. Refere-se, também, àquela acentuação cumulativa das características que distinguem o modo de vida associado com o crescimento da cidade. Esse modo de vida concretiza-se além dos limites das cidades, através do encantamento em relação às influências que estas exercem por meio do poder de suas instituições e personalidades, através de instrumento de comunicação e transporte. (WIRTH apud ENDLICH. 2006. P 18)

Nesta conjuntura, o urbano vincula-se às relações entre indivíduos, a uma cultura que se faz possível por poucos meios, dos quais os objetos geográficos que os administram estão nos grandes centros. Logo, qualquer espaço que disponha de subsídios receptores dessas ordens disseminará a dimensão urbana em que as pessoas seguem a uma lógica racional globalizada que, entre diversas características, enfraquece a idéia de comunidade incentivando o individualismo peculiar ao modo de produção atual e com necessidades cunhadas semelhantes às grandes cidades.

No caso das pequenas cidades essas constitutivas podem ser confundidas com o dinamismo socioespacial da cidade, lento e\ou estagnado, contudo Gomes profere:

Isto porque não podemos deixar passar despercebido que, mesmo não havendo uma dinamização por meio da técnica, produtividade, eficiência, qualidade, lucratividade e globalização, já existe e se desenvolve nas pequenas cidades um cotidiano que obedece a uma racionalidade (externa\interna), que se expressa por meio da redução

do número de filhos, urbanização, mudança de valores culturais, relações afetivas, dimensão teológica, educação, contratualização (sic), individualidade, redefinição do papel da mulher, ruralização (sic), entre outros. (GOMES. 2005. p 132).

Desse modo, o urbano não precisa de atividades que são particularmente citadinas, providas de fortes potências em suas atuações, mas de apenas condições mínimas destas para se fazer presente. Pois, para a ação de setores econômicos terciário e secundário, órgãos administrativos e difusão cíclica da coesão hegemônica global, basta apenas que se fundadamente aspirações antes nunca existentes bem como pontos de controle, os quais são inventados e obedientes aos objetos espaciais das metrópoles e centros regionais e subregionais sendo distribuídos pelas vias em redes.

Se o urbano estendeu-se para o campo, imediatamente indaga-se o que houve com o rural? Mas o que era rural para saber o que lhe sucedeu ante as transformações socioespaciais?

Entre variados conceitos do que é rural posto por diferentes autores Bernadelli sistematiza três aspectos aludidos por Abromovay.

Abromovay [...] ao mesmo tempo que analisa os limites tradicionais das definições , também propõe repensar o rural a partir de três propostas recentes. O primeiro refere-se à relação com a natureza. [...] Um segundo aspecto encontra-se fundamentado na relativa dispersão populacional existente [...]. Esse aspecto se consorcia com a presença de comunidades rurais de “ajuda mútua”, entre os habitantes. O terceiro aspecto destacado é o fato de que o meio rural teria uma dependência (especialmente no nível econômico) do sistema urbano [...]. Abromovay destaca que os indicadores de desenvolvimento mais baixos estão localizados no meio rural. (ABRAMOVAY apud BERNADELLI. 2006. p 43)

O rural nesta perspectiva depara-se mesclado a qualidades do espaço, mais do que o urbano, visto que esse último se desprende do espaço o qual o originou, não precisando da maior parte dos objetos geográficos que lhe faz possível existir. O rural mostra-se limitado a sair de seu espaço campal, ao contrário, o máximo que faz é resistir à invasão do urbano, haja vista a sua rigidez em se prestar admissível.

Para despontar como elemento notório, a ruralidade necessita de largos vazios territoriais a fim de que sobrevenha a feição de comunidade. O contato direto com a natureza não pode ser perdido ou ofuscado (em meio a edifícios, horário de trabalho, congestionamentos). E embora alguns espaços consiga manter as duas condições acima citadas, teria de inevitavelmente se sujeitar ao meio urbano, caso se oponha a isso fatalmente se tornaria urbano.

Por conseguinte, as transmutações proporcionadas pelo meio-técnico-científico-informacional não garantiram ao conceito rural uma adaptação tão maleável quanto o urbano. E que suscita teorias as quais impõe o mundo na situação de quase urbano em sua totalidade, (LEFEBVRE apud ENDLICH. 2006)

Compreendido que a instância urbana não se configura exclusivamente na cidade, apesar de ser o seu lócus, induz-se que na cidade a urbanização atinge sua plenitude, conferindo-lhe outra propriedade, comentada por Whitacker.

A constituição da cidade nos faz compreender que a conformação territorial, as formas tradicionalmente descritas e os limites oficialmente dados da cidade podem ser repensados, pois a cidade é a cristalização da urbanização e essa enquanto processo, não é definida, mas articula-se a produção ampla e restrita. (WHITACKER. 2006. 132)

Logo, ainda que a natureza urbana se delineie por todo o espaço promovida por poucos objetos geográficos, é na cidade que ela se condensa a ponto de adquirir formas precisas e concretas, demonstrando o *status* de incontestabilidade e força de sua atuação. Nesse sentido, em presença da supremacia do modo “sócio-urbano”, os núcleos dos espaços globais imbuídos em redes tendem a ser urbano mesmo que não se apresentem como cidades.

2.5. Governo: principal agente geográfico dos pequenos municípios.

Assinalou-se variáveis e constantes presentes na cidade que determinam diversas configurações, funções, composições e técnicas desses ambientes, e embora não seja uma regra geral, no caso do Brasil, os municípios são considerados eficientemente dinâmicos quando seus núcleos de controle (sedes municipais) se mostram dinâmicos.

Como visto, este modo de análise se respalda na fluidez do espaço no qual as sedes administrativas e distritos exercem suas influências em seu território e em alguns casos transpassando os seus, polarizando municípios hierarquicamente menos eficazes no alcance geográfico. Por outro lado, sobressaltou-se circunstâncias nas quais as áreas além dos perímetros da cidade conseguem auto manter-se podendo até mesmo, em algumas realidades, atuarem como um meio mais polarizante do que as suas sedes.

No bojo desse processo há os agentes geográficos que moldam e elencam papéis na maneira como cada uma dessas cidades e\ou municípios vão operar. Citados anteriormente a sociedade organizada e os agentes capitalistas, sendo estes últimos de forma agrupada em categorias (agropecuária, indústria e serviços e comércio), foca-se agora nesta subsecção a

ação e compressão do agente governamental na organização socioespacial da cidade e do município.

Veiga interpreta os parâmetros oficiais na definição de cidade como “entulho getulista” alegando a imprecisão dos critérios:

Desde a promulgação do Estatuto da Cidade quase não surgiu manifestação de discordância. Ao contrário, foram meses de incorporável profusão de elogios a uma das mais aguardadas regulamentações da Constituição Federal de 1988. Motivos não faltam, já que ele (sic) traz pelo menos uma dúzia de medidas propícias à atenuação do revoltante caos urbano. Há, todavia, uma falha imperdoável nesse estatuto: ele não define o que é cidade, prolongando a vigência de uma aberração que coloca o Brasil entre os países mais atrasados do mundo do ponto de vista territorial. Aqui, toda sede de município é cidade, sejam quais forem suas características demográficas e funcionais. Além disso, a administração dessas “cidades”, prerrogativa das Câmaras Municipais, inexistente em quase 40% dos casos, sendo improvisada às vésperas dos censos demográficos. (VEIGA. 2003. p 55)

Logo, a indefinição metodológica e criteriosa no estabelecimento de uma organização cidadina abre grande vazio preenchido pela subjetividade, dando cabimento para que grupos de indivíduos se utilizem do agente governamental para transformar o espaço como meio de produção/reprodução de poder de seus próprios grupos (GOMES apud BEZERRA. 2006. p 72). O agente governamental nesta perspectiva não opera como organizador do espaço, mas como ferramenta para se obter domínio de um território para uma coligação de pessoas.

Na cidade se espera encontrar vários agentes geográficos, muitas vezes embarcando em confrontos entre si, grandes conglomerados de empresas comerciais e indústrias, ONGs — Organizações Não Governamentais —, associações de moradores, movimentos ideológicos e o Estado em esfera municipal, estadual e federal. Estes dividem o poder, mesmo que em uma divisão concentrada para alguns dos agentes. Contudo, nas sedes municipais referidas por Veiga o agente governamental centraliza quase que a totalidade do domínio socioespacial, ajustando-a conforme sua vontade, ou na maioria dos casos, não fazendo nenhum ajuste, apenas mantendo essas sedes como sempre foram, cristalizando seu dinamismo socioeconômico.

O mais interessante é notar que essa situação é incoerente com o que o próprio Governo quis realizar ao implementar mais autonomia aos municípios, pois conforme Gomes:

A partir de então, os municípios passaram a enfrentar um duplo desafio: o de assumir a política social, que até então estava concentrada na esfera federal; e o de promover o desenvolvimento local. [...] No caso das pequenas cidades, há sempre alguns questionamentos que se colocam diante dessa nova realidade, haja vista que nos últimos tempos a construção da autonomia municipal se faz a partir de uma construção endógena, ou seja, no âmbito do município, sem que seja necessário recorrer ao Governo Federal. Mas para que isso ocorra é preciso que exista uma

arrecadação local. Surge-nos (sic) então uma questão: isso tem sido possível nas pequenas cidades? A nossa resposta é não. (GOMES. 2009. p 90-97).

Por conseguinte, a modificação feita pelo Governo na constituição não atinge seus objetivos visto que somente a autonomia e disponibilidade de recursos financeiros não promovem o desenvolvimento local e a política social dita por Gomes. Como visto nas subsecções acima, as receitas dos pequenos municípios não vão muito além do próprio FPM – Fundo de Participação dos Municípios - o qual inicialmente se direciona para atender as necessidades básicas de suas populações (saúde, educação e serviços burocráticos mínimos), não restando saldo para investimentos produtivos capazes de quebrar o ciclo da cristalização.

Gomes ainda menciona que a falta de capacitação profissional dos funcionários contribui para esse quadro uma vez que os serviços de administração passam em um rápido instante para a responsabilidade dos municípios apanhando-os despreparados. Embora não observado por Gomes, a esse fato adiciona-se a cultura nepotista muito presente nas pequenas cidades, a qual não considera a capacitação do corpo de funcionários para os cargos.

Gomes em seu artigo “Uma Leitura da Socioeconomia das Pequenas Cidades do Rio Grande do Norte” destaca uma constante que também é muito comum nas pequenas cidades da Paraíba:

Desse modo, não seria incorreto afirmarmos que, na sua maioria, as pequenas cidades [...] não tem sido capazes de promover seu próprio desenvolvimento a partir de sua economia. São espaços que como nos aponta Gomes, reproduzem-se graças à economia sem produção; Isto é, a economia que, embora tendo renda, não tem produto. Essa economia segundo o autor citado constitui-se a partir de três agentes principais: os aposentados, os funcionários públicos e as prefeituras. (GOMES apud GOMES. 2009. p 190)

Nesse segmento, tais cidades seriam improcedentes com o preceito da guerra de lugares no modo de produção capitalista, todavia, dialeticamente o próprio capitalismo não é excludente, como bem enfatizou Martins (MARTINS apud GOMES. 2009), pois necessita de espaços não explorados, em termos produtivos, para sua firme expansão. Assim nesses redutos não há produto, mas consumidores e que portanto podem se inserir no modo de produção. Aqueles por sua vez se originam somente devido à transferência de renda direta ou por atividades que só existem porque decidiu-se criar judicialmente o município, caso isso não acontecesse esses lugares tenderiam ao esvaziamento, pois não há produto ou há em quantidades irrisórias para manter a população.

Remata-se que a simples intitulação de um território administrado consegue captar recursos os quais não surgem da nulidade, mas sim da União, e esta os adquire pela circulação

de impostos os quais o próprio governo implantou. O governo então garante apenas a circulação mínima de renda sem viabilizar condições de produção, não quebrando o ciclo de improdutividade desses municípios. Atrela-se a essa conjuntura a falta de outros agentes geográficos munido de poder suficiente para dinamizar esses territórios contribuindo na permanência deste cenário.

Na próxima seção será feita uma apresentação do quadro sócio espacial no qual implantar-se-á as teorias expostas até o momento neste trabalho.

3. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE CABACEIRS-PB.

3.1. Síntese histórica.

Conforme o SEBRAE o bandeirante Antônio de Oliveira Ledo foi o primeiro a desbravar o que hoje é a microrregião do cariri estabelecendo uma vila na serra de Carnoió a qual serviria de base para as entradas em uma extensa área da Paraíba. Antônio cede parte de sua sesmaria a Pascoal de Oliveira (seu sobrinho) o qual vinha fugido da Casa da Torre na Bahia por roubar para si a filha de um importante latifundiário. (SEBRAE. 1997. p 9).

A partir de então a extensa propriedade dos Oliveiras é dividida entre seus familiares, até que em 1730 parte da fazenda é vendida a Domingos de Farias Castro e Antônio Ferreira Guimarães. Estes, seguindo os costumes da época, combinaram construir uma capela no ponto em que se encontrassem após saírem de suas respectivas estâncias, sendo a fazenda de cada um os pontos extremos do antigo domínio das terras de Pascásio de Oliveira. (IDEM. p 10).

No entorno imediato da capela cresce um povoado que viria a ser a cidade de Cabaceiras. Em 1835 o arraial é elevado à categoria de vila pela lei provincial nº 11, 4 de junho de 1835, embora viesse a perder esse *status* no decorrer do século XIX para os seus próprios distritos até o início do século XX quando definitivamente se fixa em Cabaceiras. Desde então Cabaceiras não sofreria concorrência no cargo de sede municipal, todavia desencadearia o processo de diminuição do seu território. (IDEM. p 10-11).

A origem do nome da cidade está atrelada a uma abundante plantação nativa de Cabaceiras, encontrada pelos fundadores nas primeiras décadas do século XVIII, na área onde hoje é a prefeitura municipal, a praça principal e algumas residências. O lugar era pantanoso e ensejava condições favoráveis ao desenvolvimento da planta. (IDEM. p 12).

Não fosse pela revolta “quebra-quilos” Cabaceiras seria atualmente uma excelente fonte de documentos históricos que contaria a evolução da ocupação na Microrregião do Cariri Oriental. (IDEM p 11)

3.2. Localização geográfica.

Cabaceiras é um município localizado no interior da Paraíba a 163 km da capital do Estado, João Pessoa, mais precisamente na Mesorregião da Borborema e Microrregião do

Cariri Oriental. Situado no ponto de coordenadas 7° 29' 20" Sul do paralelo equador e 36° 17' 14" Oeste do meridiano de Greenwich. A sua área se configura em torno de 452 km². O acesso ao município vindo da capital se realiza pela BR-230 a qual irar cruzar com a BR-104 para depois se unir com a PB- 148, via que leva a Cabaceiras, visualizado na figura abaixo (IBGE. 2010)

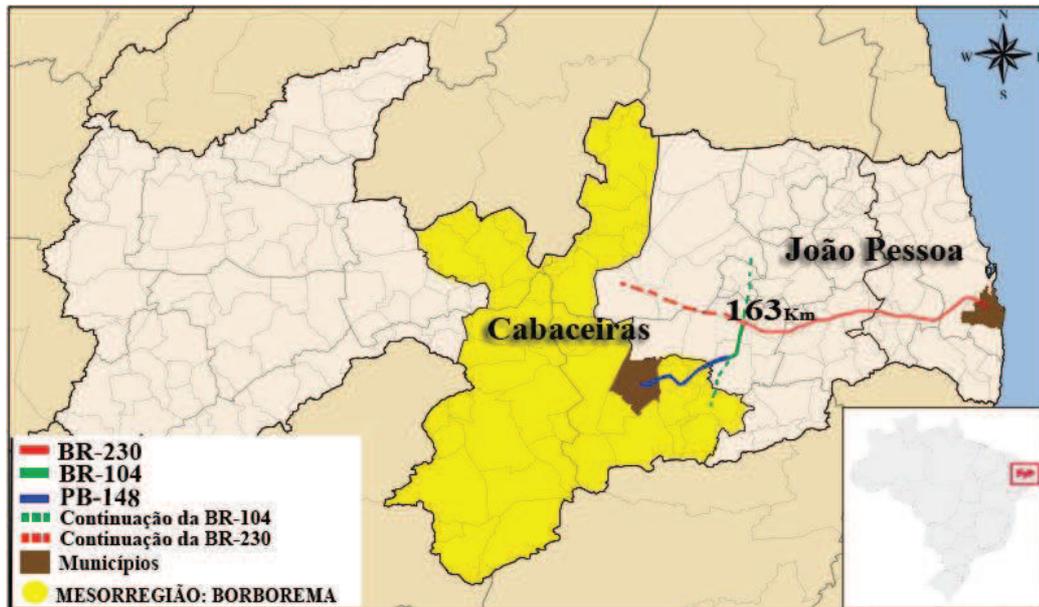


Figura 1: Vias de acesso a Cabaceiras

Fonte: IBGE adaptado por Andersom Bruce, 2011.

Atualmente Cabaceiras se limita ao Norte com os municípios de Boa Vista, Boqueirão a Leste, São domingos do Cariri e Barra de São Miguel ao Sul e São João do Cariri a Oeste. A PB-160 corta o município de norte a sul fazendo com que Cabaceiras tenha acesso a Boa Vista, Barra de são Miguel e São Domingos do Cariri, a PB -148 permiti acesso a Boqueirão, por outro lado a PB – 146 viabiliza a ligação com São João do Cariri, sendo que esta via passa bem próximo do distrito de Ribeira situado a noroeste do município, para posteriormente chegar ao distrito sede de Cabaceiras o qual fica a sudeste do território municipal.



Figura 2: Limites municipais
Fonte: IBGE, adaptado por Andersom Bruce, 2011.

3.1. Aspectos ambientais.

Cabaceiras está circunscrita na parte mais baixa da unidade geoambiental do Planalto da Borborema a uma altitude de 300 metros.

Em sua superfície suave ondulada, ocorrem os planossolos, medianamente profundos, fortemente drenados, ácidos a moderadamente ácidos e fertilidade natural média e ainda os podzólicos, que são profundos, textura argilosa, e fertilidade natural média a alta. Nas elevações ocorrem os solos litólicos, rasos, textura argilosa e fertilidade natural média. Nos vales dos rios e riachos, ocorrem os planossolos, medianamente profundos, imperfeitamente drenados, textura média argilosa, moderadamente ácidos, fertilidade natural alta e problemas de sais. Ocorrem ainda afloramentos de rochas. (CPRM. 2005).

O município está incluído na área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro. Esta delimitação tem como critérios o índice pluviométrico, o índice de aridez e o risco de seca. As chuvas são, portanto irregulares e esparsas e temperaturas médias na ordem dos 30°. Com menos de 234 mm de chuva durante o ano todo, as precipitações ocorrem apenas durante três meses, dando vazão a estiagens que duram até dez meses nos períodos mais secos, conferindo a Cabaceiras o título de município onde menos chove no país. (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. 2005)

O município de Cabaceiras encontra-se inserido nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Paraíba, região do Alto Paraíba. Seus principais cursos de água são os rios Taperoá, Paraíba e Boa Vista, e os riachos do Pombo, Gangorra, Pocinho, da Varjota, do Tanque, Fundo, Algoduais, do Junco e Macambira. O principal corpo de acumulação é o Açude Público Epitácio Pessoa ou do Boqueirão (450.424.550 m³) sendo que a maior parte deste açude fica no município de Boqueirão. Todos os cursos de água têm regime de escoamento intermitente e o padrão de drenagem é o dendrítico. (CPRM. 2005).

Sua vegetação é composta de caatinga arbustiva, típica das regiões mais áridas do Nordeste, com cactos, arbustos e vegetação típicos como xiquexique, coroa-de-frade, juazeiro, umbuzeiro e jurema, entre outras.

3.3. Aspectos demográficos e socioeconômicos.

O município de Cabaceiras é possui 452 km², porém sua sede administrativa é de pequeno porte polarizando uma grande área rural, isso confere a sua densidade demográfica 11,12 hab\km² (IBGE.2010). O comércio de sua cidade é bastante limitado sustentado apenas por seus próprios munícipes, a indústria encontra-se bipolarizada pela sede e o distrito de Ribeira, as atividades primárias ainda são consideráveis para o local visto que 56 % dos 5035 habitantes residem no campo, garantindo um PIB *per capita* de 4.175,00 R\$ – quatro mil cento e setenta e cinco mil reais – (IBGE. 2010). A figura número 3 expõe centralidade do município.



Figura 3: Centralidade dos núcleos urbanos

Fonte: Plano Diretor de Cabaceiras, adaptado por Andersom Bruce. 2011.

Nos Eixos Fortes há comunidades próximas as vias dispersas em tiras como também pode conter fluxos mais intensos de pessoas e mercadorias. Os Eixos Fracos se caracterizam por propriedades extensas com poucos povoados mais separados espacialmente, na bifurcação do extremo norte dos Eixos Fracos o assentamento Serra do Monte depara-se sob dupla influência entre Cabaceiras e Boqueirão uma vez que as crianças desse local estudam neste último.

Até a década de 1980 o crescimento urbano de Cabaceiras aconteceu de forma lenta e natural, guiado pelas preferências de seus moradores e não detinha um quarto do seu tamanho contemporâneo. Em meados da década de 1980 Cabaceiras recebe dois conjuntos habitacionais dobrando o seu tamanho (JOSÉ DUARTE IRMÃO. 2011)⁶, na década de 2000 o município recebe mais dois conjuntos orientando a expansão urbana para sudoeste (SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS. 2011)⁷. Atualmente a porção nordeste do meio urbano vem passando por uma gradual ocupação. Na figura 4 observa-se essa evolução.

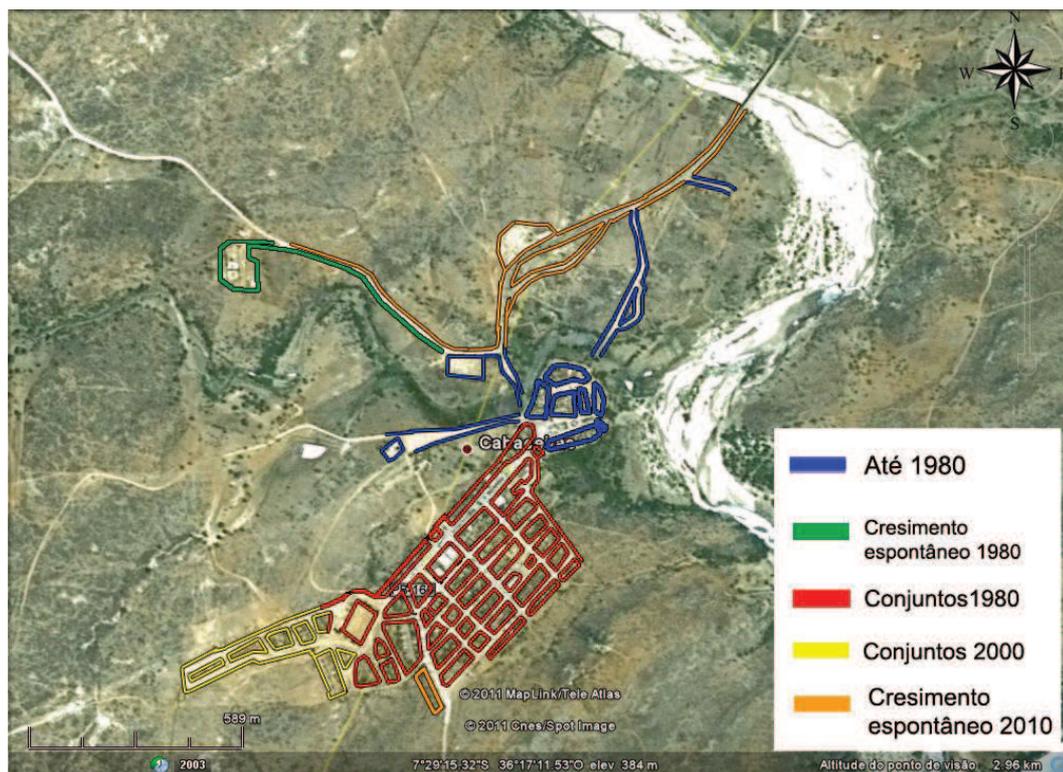


Figura 4: Planta Urbana de Cabaceiras
Fonte: Plano Diretor de Cabaceiras, adaptado. 2011.

Nesse contexto, a cidade de Cabaceiras manteve-se a mesma por quase um século e meio para depois dobrar sua dimensão com a chegada de seus primeiros conjuntos. Nessa

6 - Entrevista concedida pelo prefeito do município na década de 1980, José Duarte Irmão.

7 - Dados conseguido com a atual Secretaria de Serviços Urbanos do município de Cabaceiras-PB.

ocasião, o município produzia alho em grande quantidade movimentando a economia (EMPRESARIAL. 1984. P 17), o que certamente impactou no aceleração da urbanização.

Já os conjuntos da década de 2000 não se aprovam no âmbito do dinamismo econômico, mas sim pela continuidade do programa de habitação executado pelo Governo Federal. Alguns dos beneficiados do programa venderam suas casas, o que indicava não haver necessidade de moradia⁸.

Muitas pessoas venderam, na maioria das vezes essas pessoas que venderam tem um grau de escolaridade baixo, não tem instrução de nada. Essas pessoas vendem, por exemplo, pra adquirir (sic) prefere morar de aluguel, com o dinheiro da casa comprar uma moto sem ter né (sic) uma perspectiva de vida e espera sair outros projetos pra adquirir outras casas. (MORADOR 1. 2011)

Quando questionado a média do preço das vendas o morador menciona: “3.500 a 5.000, sem reforma” (MORADOR 1. 2011).

Ultimamente a parte nordeste da cidade vem sendo preenchida por um segmento da população com poder aquisitivo capaz de construir suas próprias casas. Esse crescimento ocorre de maneira lenta mas já aumentou o valor das terras no entorno, bem como fez os proprietários dessa área lotear seus domínios, de acordo com os moradores.

Logo, parcela do que hoje é a sede provém de ação planejada do governo em que esta atinge mais do que seu objetivo empenhando a urbanização. Todavia, cabe ressaltar que somente a primeira fração do desempenho do programa serve diretamente ao modo de produção criando o respaldo para a ampliação da circulação de renda, enquanto que o segundo investimento se justifica apenas pela política do bem estar social, tendo em vista a falta de uma atividade econômica para tal.

Pelo que se observou em campo até agora não se pode falar em uma segregação socioespacial na cidade para os que residem nos recentes conjuntos, uma vez que em médio prazo seu aspecto espacial poderá ser o mesmo dos conjuntos habitacionais da década de oitenta (providos de uma rede de esgoto, rede elétrica, ruas pavimentadas e bem delineadas e casas com quintal).

Além disso, os cidadãos que edificam suas habitações na entrada principal da cidade (nordeste) direcionam seus investimentos para o interior da casa (piso, ornamentação e eletrodomésticos) enquanto que os dos novos conjuntos empregam seus esforços para os arredores da casa (muros, calçadas e quintais). Nota-se então, que a renda desses dois grupos

8 - Citação obtida por meio de entrevista. Esse disparate manifesta falhas instituídas na metodologia do programa de habitação do Governo Federal.

pode ser equivalente, pois ao passo que os primeiros possuem o terreno os outros da porção sudoeste detêm a casa já construída.

A população do município depara-se bem dividida em gêneros com os homens tendo uma participação 2.493 habitantes ou 49,5 % e as mulheres com 2.542 ou 50,5 % da população. No que tange a faixa etária Cabaceiras segue a tendência do Estado da Paraíba e do Brasil, com uma base menos saliente que seu meio, visto no Gráfico 1.

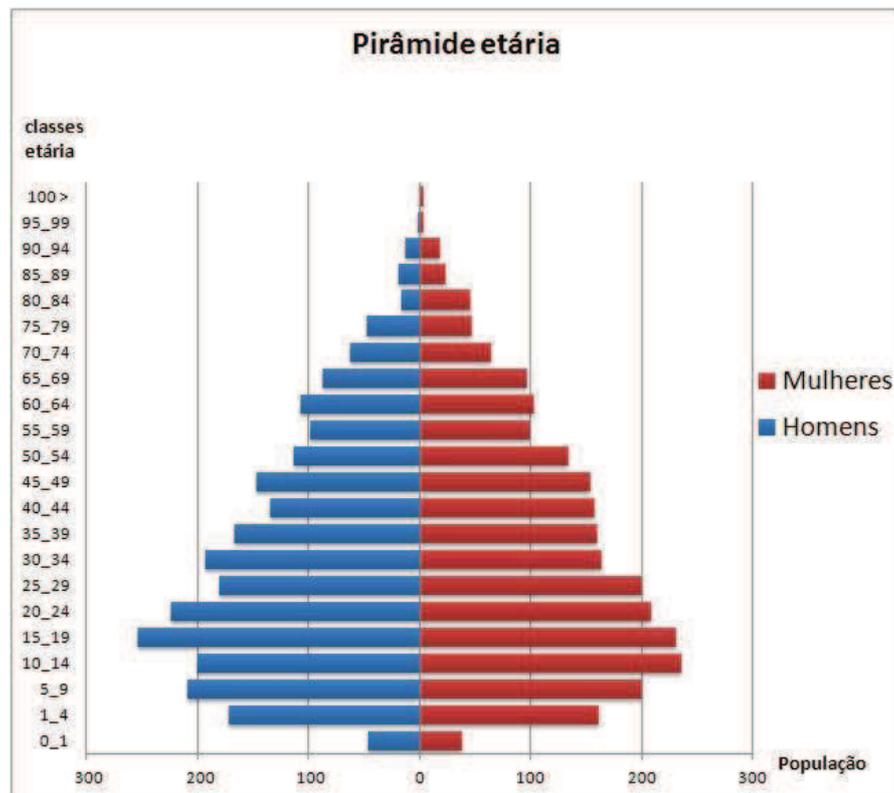


Gráfico 1: Pirâmide Etária do Município de Cabaceiras
Fonte: IBGE, 2010

Com o alargamento nas faixas etárias de 14 a 24 anos observa-se que o município possui condições de oferecer mão de obra para o próprio mercado de trabalho, bem como para outros espaços, todavia, Cabaceiras já acompanha o ritmo do envelhecimento da população brasileira o que fará diminuir esta disposição. Por outro lado, explana característica urbana pautado em um pensamento orientado para a lógica racional de diminuição de filhos o que pode ser consequência de uma ou mais variáveis como: aumento da qualidade educacional, inserção da mulher no mercado de trabalho e tecnificação do campo.

Na esfera da educação, o município cumpre os quesitos básicos oferecendo ensino fundamental e médio. A cidade ainda é pólo da UFPB virtual proporcionando um apoio mais direto aos alunos através dos tutores assim como oferece instalações para salas de

computadores, o pólo atende a 525 alunos dos quais 100 são cabaceirenses (IRIS DO CÉU⁹. 2011). Além disso o poder municipal dispõe de transportes para os alunos que se deslocam a Campina Grande para cursos acadêmicos, técnicos e cursos pré-vestibular, auxiliando no total 80 alunos¹⁰. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2011).

O PIB do município gira em torno de R\$ 21,039, sendo o setor de serviço o mais promissor com 63,7 %; a agropecuária vem logo em seguida com 21,4%; enquanto que a indústria contribui com 11,7 % e os outros 3,2% advêm dos impostos sobre produtos líquido e subsídios, vistos no Gráfico 2

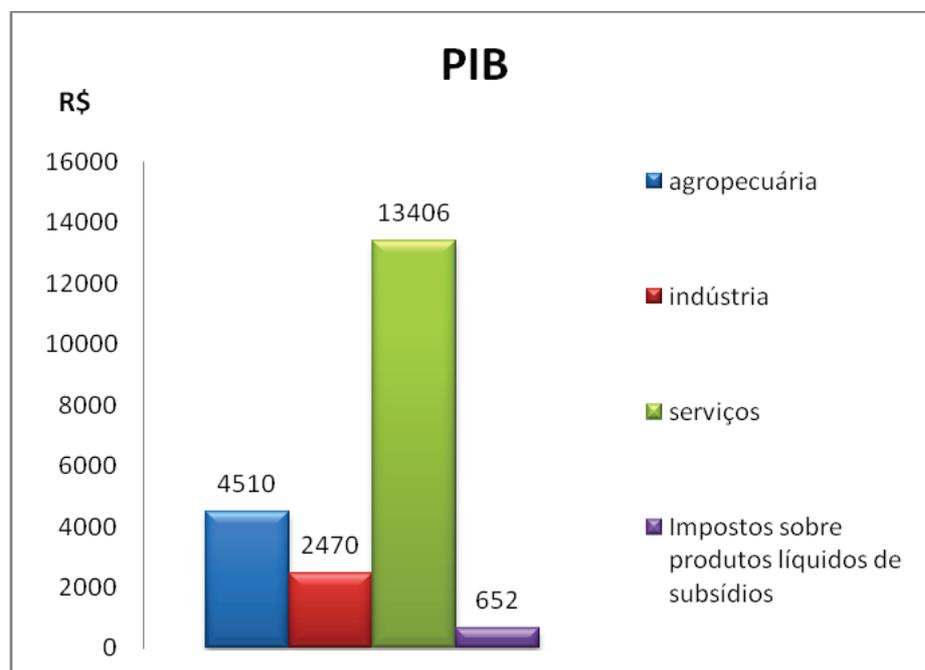


Gráfico 2: PIB por setores do município de Cabaceiras. 2008.
Fonte: dados IBGE 2008.

Constata-se que Cabaceiras não convergi com a situação atual do país o qual tem por ordem de importância: serviços, indústria e agropecuária (IBGE. 2010). Nessa perspectiva, o domínio rural do município ainda possui relevância nos meios de sobrevivência da sua população. 27,2% dos habitantes do município vivem da agropecuária, isso corresponde quase que a metade dos que residem no campo. Elucidado no Gráfico 3.

9 - Coordenadora do pólo da UFPB virtual em Cabaceiras.

10 - Os transportes utilizados são ônibus provenientes do “Programa Caminhos da Escola” do Governo Federal. Esses ônibus são destinados para conduzir somente alunos da educação básica. Desse modo, o Governo Federal entra em contradição quando pretende expandir a qualificação profissional abrindo mais vagas em universidades e escolas técnicas federais, mas a os mesmo tempo, dificulta por leis burocráticas os meios que viabilizam a efetiva participação da população nessas instituições.



Gráfico 3: População rural ocupada em atividades agropecuárias.
Fonte: dados IBGE 2006.

Das outras atividades e descontando a população abaixo de 15 anos do meio rural, 25,% dos camponeses, ou seja os que não compõem a PEA — População Economicamente Ativa — e que portanto ainda podem decidir se serão agricultores\criadores ou não, deduz-se que 26% do campesinato não pratica atividades agropecuárias, tão logo estão englobados em uma lógica urbana de modo de vida embora não estejam fixados na cidade.

Entretanto, as atividades urbanas em Cabaceiras não mostram grandes proeminências, com exceção dos serviços sociais-administrativos, retratando uma dependência desses serviços visto a pouca diversificação de receitas notadas no Gráfico 4.

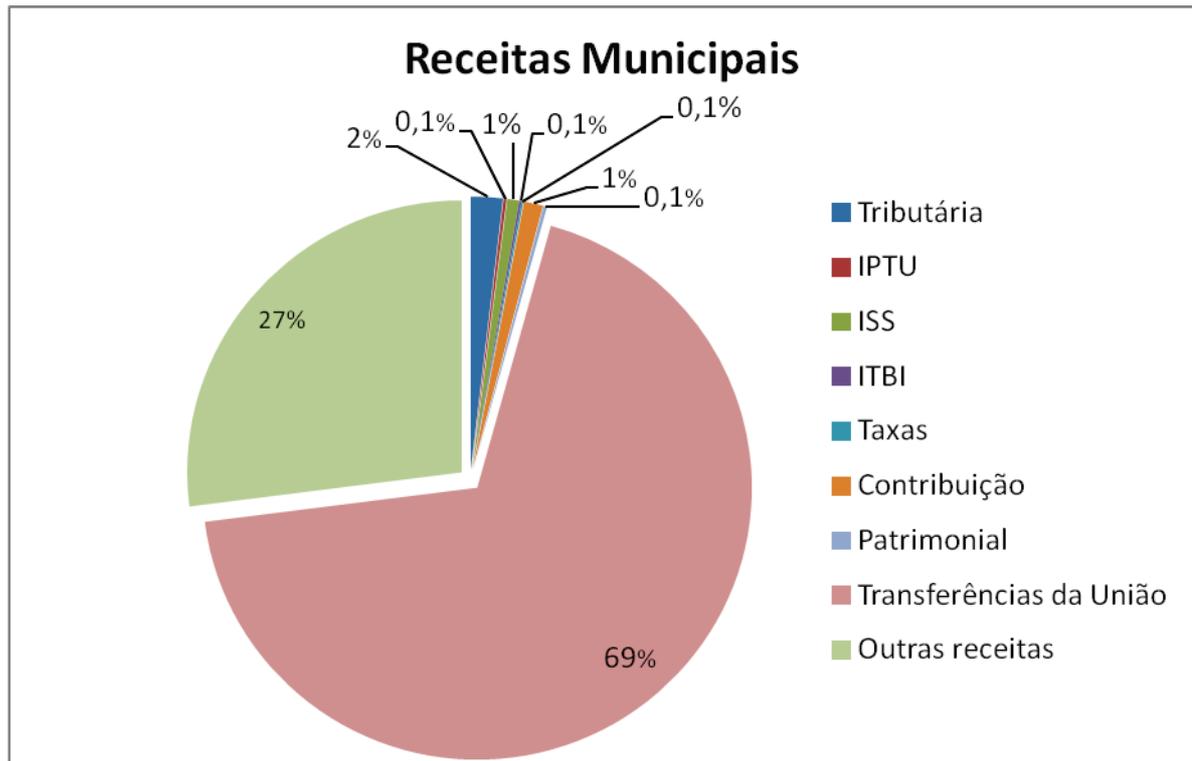


Gráfico 4: Receitas municipais de Cabaceiras.
Fonte: IBGE 2009.¹¹

Conforme o gráfico das Receitas Municipais, mais de 69 % dos 7 999 179 R\$ da receita municipal advém das transferências da União em que 4 069 415 R\$ (50,8% das receitas) intercorrem do Fundo de Participação dos Municípios — FPM. As outras formas de arrecadação, mais notadamente os impostos incidentes em atividades econômicas, praticamente chegam no máximo a 2 % das rendas do município. Entre esses impostos estão o IPTU e ISS. Os demais impostos se referem aos criados por leis municipais e pelo uso de patrimônio público para fins lucrativos para o próprio município (taxas, contribuição, patrimonial e outras receitas), os mesmos também pouco contribuem na dinamização econômica do local.

Cabe enfatizar que 40,3% das despesas de Cabaceiras se destinam ao pagamento das funções públicas (pessoal contratado, transportes, alimentação, materiais de uso constante entre outros) e apenas 2,8% para investimentos e 1,2% em obras e instalações, o restante vai para outras despesas não especificadas pelo IBGE, (IBGE. 2009).

De acordo com o artigo 212 da Constituição Federal 25% das receitas provenientes de impostos devem impreterivelmente ser encaminhados para a área de educação, tal conjuntura vinculada às despesas com os gastos de pessoal e encargos sociais da prefeitura impelem

¹¹ - Os dados apresentados pelo IBGE entram em contraste com os documentos da Câmara Municipal de Cabaceiras, contudo, a preferência nesse trabalho foi dada aos dados do IBGE, disponíveis no site www.ibge.gov.br/cidades.

quase que a totalidade das receitas municipais, induzindo o município a uma situação permanente de circulação improdutiva de renda, ficando a mercê dos recursos da União.

Uma das saídas para esta condição de falta de produção seria a valorização do meio campestre, contudo este também se apresenta desatualizado no atual estágio do modo de produção capitalista, haja vista a tecnificação do campo, o que não ocorre em Cabaceiras. O Gráfico 5 demonstrar as relações que sucedem no campo do município.

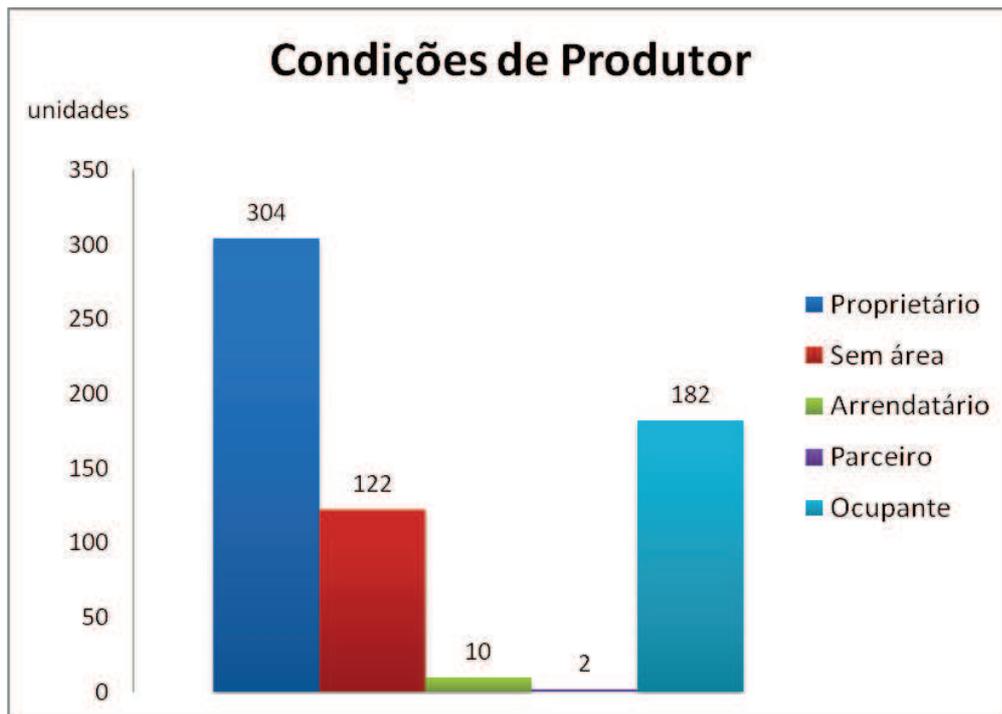


Gráfico 5: Condições de Produtor
Fonte: IBGE, 2006.

Logo, atenta-se que das 620 unidades produtoras contadas no campo de Cabaceiras pelo IBGE, 49% são dos donos da propriedade, 19,3% se referem aos produtores sem área, 23,3% para ocupante e somente 1,9% são cultivadas com bases nas relações de parceria e arrendatário. Seja qual forem as categorias enquadradas, todas se caracterizam por agricultura familiar e de subsistência conforme o IBGE (2006). A única condição que poderia se ajustar ao contexto capitalista de produção seria os proprietários da terra, todavia, estes também estão encaixados na mesma situação das outras instâncias como ratificado na aplicação dos questionários.

4. EVOLUÇÃO SOCIOESPACIAL DE CABACEIRAS CONFORME AS CATEGORIAS ESPAÇO E TERRITÓRIO: EVIDÊNCIA DE SUA CRISTALIZAÇÃO.

4.1. Relação de forças entre os núcleos do território de Cabaceiras

Em termos oficiais Cabaceiras possui mais de 170 anos de existência, ou seja o que o governo brasileiro convencionou admitir como cidade, contudo, o início de sua concentração sócio-espacial vai mais além, advinda do período em que nativos ocupavam o espaço cabaceirense ao mesmo tempo que Portugal almejava garantir a posse categórica de sua colônia.

Desse modo, o núcleo primordial que viria a ser a cidade de Cabaceiras em micro escala emerge dos interesses de alguns colonizadores em possuir terras as quais lhe garantissem subsistência e riquezas, enquanto que em escala global é apoiado por interesses do Estado português em que este oferece a posse imediata da terra para quem se dispusesse a conquistar terras desconhecidas assim como liquidar qualquer empecilho que impedisse o controle de Portugal nas mesmas. Na obra organizada pela Fundação Casa José Américo de Souza, Rodriguez aponta como este processo aconteceu na microrregião do Cariri Oriental:

A família Ledo tornou-se a maior desbravadora, abrindo caminhos no meio da mata, como estadista, perseguindo os povos nativos e recebendo concessões de sesmarias . A aldeia, segundo o padre Nantes, foi conquistada em 1670 por Antonio de Oliveira. A partir das informações do citado missionário quanto à localização, trata-se do local denominado Boqueirão, situado na serra do Carnoió, no curso do rio Paraíba, em pleno Cariri Paraibano. É identificada como a mais antiga missão dos Cariris implantada nesse território, constituindo-se, portanto, o núcleo inicial de sua conquista e ocupação. (RODRIGUEZ. 2000. P 14)

Logo, nota-se que a dispersão da população nesta área começa pelo que hoje é a cidade de Boqueirão e não por Cabaceiras mesmo que aquela tenha apenas surgido em critérios judiciais há apenas 52 anos.

Isto se explica pela peculiaridade da religiosidade de seus colonizadores, pois após a fixação da família Oliveira pela mesorregião do cariri, a sesmaria a qual lhe foi concedida passou por sucessivas divisões¹², em uma dessas separações Pascásio de Oliveira vende sua propriedade a dois outros fazendeiros em 1730. Estes combinam entre si erguer uma capela no local que se encontrassem ao partirem cada uma de suas respectivas fazendas, as quais

12 - Fosse por ceder parte da sesmaria a seus descendentes ou por vender a quem tivesse interesse

naquele tempo se intitulavam Bertioga e Passagem, essas duas são os pontos extremos da antiga propriedade de Pascásio de Oliveira. (SEBRAE. 1997. P 12).

No ponto de encontro dos fazendeiros foi construído uma capela que atualmente é a igreja matriz (católica) de Cabaceiras. Este importante objeto geográfico foi o propulsor para que se espalhasse um povoado em seu entorno (RODRIGUEZ. 2000. p 18). Vale lembrar que a igreja católica neste período detinha um grande poder nos costumes da população, tal fato atrelado a uma realidade de seca, ignorância e atraso tecnológico levava o indivíduo a recorrer a qualquer um que lhe oferecesse o mínimo de auxílio. Dessa maneira, a misticidade envolvida por tal capela de certo gerava uma dinâmica no espaço que a continha.

Em 1835 Cabaceiras passa de povoado a um município sediado por uma vila, desmembrado de Campina Grande. Contudo, tal condição é por diversas vezes reclamada por outras localidades pertencentes ao próprio recém criado município, haja vista que alguns dos distritos de Cabaceiras — Bodocongó e Barra de São Miguel — possuíam uma população equivalente¹³ a de sua sede. Assim, Cabaceiras perde a própria importância administrativa culminando com a transferência da sede para a povoação de Bodocongó em 1864, retornando a Cabaceiras em 1870 e novamente transladada em 1900 dessa vez para o povoado de Barra de São Miguel, restabelecendo definitivamente em Cabaceiras em 1907. (RODRIGUEZ. 2000. P 18).

A figura abaixo demonstra a extensão de cabaceiras até 1930 e os núcleos que se formavam.

13 - pouco mais de 500 pessoas (IBGE. 1956. p 4)



Figura 5: Polaridade dos antigos núcleos de Cabaceiras.
Fonte: IBGE adaptado, 2011.

Era inevitável que se desencadeasse esta instabilidade administrativa no território deste município, visto o seu imenso tamanho, terceiro maior da Paraíba, 2796 km² com 30954 habitantes (IBGE,1956), e de economia de base pecuária, a qual necessitava de pouca mão de obra e beneficiava-se de ricas pastagens herbáceas e leguminosas. Logo, qualquer adensamento populacional que contivesse uma pequena gama de serviços e comércio reteria os reduzidos fluxos os quais se dirigiam a Cabaceiras, que por sua vez observava o decréscimo de sua capacidade centrípeta, reforçando esta mesma capacidade “àqueles núcleos”. Por conseguinte Manuel Correia de Andrade não errou ao dizer:

Para refletir sobre o problema do território no Brasil, tem-se que levar em conta as relações existentes entre o espaço delimitado geográfica e administrativamente pelas fronteiras e o território verdadeiramente ocupado [...]. A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre elas. (ANDRADE. 2004. P 20).

Dessa forma, para que a população de Cabaceiras assimilasse a idéia de um local capaz de satisfazer seus anseios por esse vasto território, deveria concentrar em sua sede uma diversidade de serviços e meios de produção maiores do que seus antigos distritos, da mesma maneira que fluir o seu espaço com boas vias de circulação, realidade não condizente com o que ocorria no início do século XX:

As estradas do município estão em péssimas condições. As rendas do município são insignificantes e não permitem empreender melhoramento delas. Entre as necessidades de Cabeceiras salienta-se uma estrada de rodagem que ligue o município ao de Campina Grande, um ramal de linha telegráfica, e construções de açudes, principalmente no lugar (sic) de Cornoyó. (TAVARES. 1909.p 730).

Tal conjuntura era reforçada pela economia algodoeira do interior da Paraíba, a qual passava por uma expansão em 1850. Isto fez emergir uma nova elite neste Estado, que por sua vez exigia mais representação política frente à elite açucareira. Os novos donos de terras originados no interior do sertão, portanto, faziam o máximo possível para manter uma organização socioespacial que unisse agricultura e pecuária, por outro lado isso gerava obstáculos para o desenvolvimento urbano como mostra Rodriguez.

Porém, as mesmas condições que favoreceram todo esse desenvolvimento, desde os simples “currais de gado” até as grandes fazendas algodoeiras-pecuarista, forjaram e mantiveram uma sociedade agropastoril arraigadamente rural, conservadora e praticamente impermeáveis a maiores mudanças, emperrando, assim entre outras coisas, o crescimento urbano. (RODRIGUEZ .2000. p 17)

Cabaceiras era um dos municípios que produziam algodão como assevera Tavares, e deste modo não escapava a situação mencionada acima:

O município produz algodão e todos os cereaes (sic) em grande quantidade, havendo inverno regular. Os preço tem variado entre 9 e 15\$000 rs. por 15 kilos (sic) d’ algodão. Existem quatorze machinas (sic) de descaroçar algodão, sendo três movidas a vapor e onze movidas a animais. Há muitos artigos que poderiam constituir mais notável produção do município, mas que não tem sido explorados. (TAVARES. 1909.p 731).

A figura 6 ratifica Cabaceiras como pólo produtor de algodão em 1945.

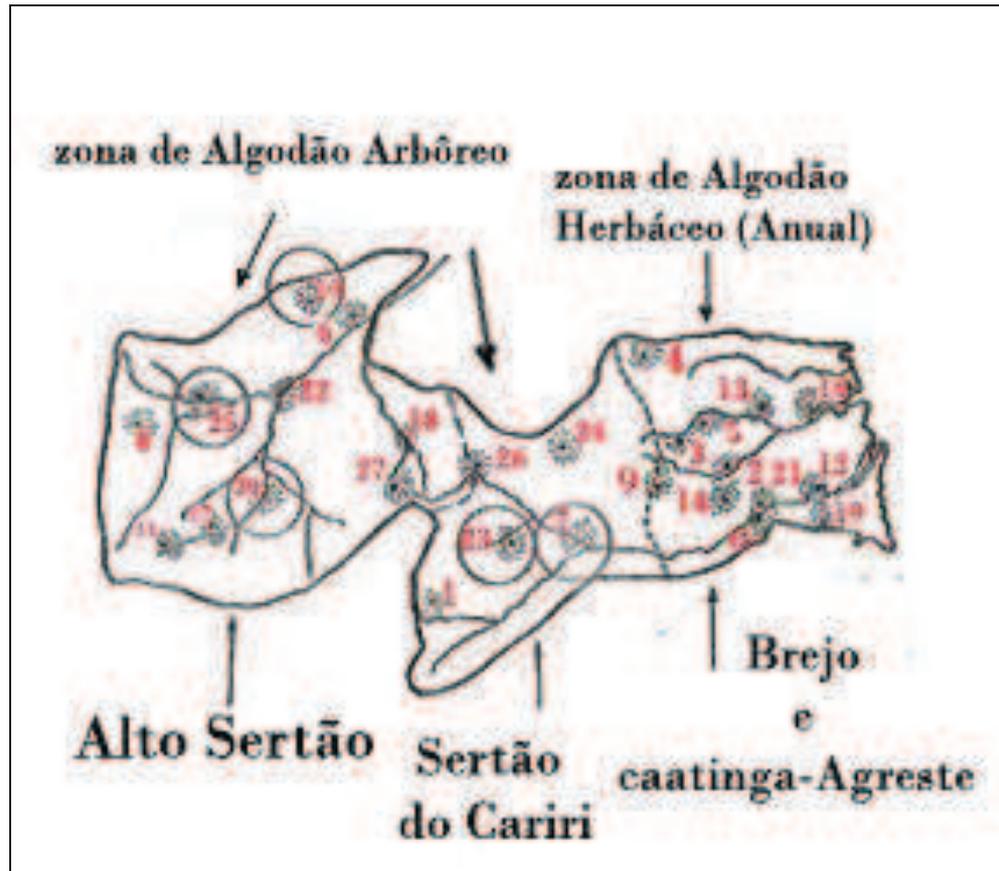


Figura 6: Produção de algodão na Paraíba

Fonte: SEGUINDO OS PASSOS DA HISTÓRIA , adaptado, 2011.¹⁴

SEDES DOS MUNICÍPIOS:

1-Monteiro	10-Catolé do rocha	19- Pedras de fogo
2- Alagoa de dentro	11- Conceição	20- Piancó
3- Alagoa nova	12-(NÃO RESTAURADO)	21- Pilar
4- Jaçanã	13-Guarabira	22- Pombal
5- Areia	14- Ingá	23- São João do cariri
6- Brejo do cruz	15- Itatuba	24- Soledade
7- Cabaceiras	16 Mamanguape	25- Souza
8- Cajazeiras	17- (NÃO RESTAURADO)	26- Taperoá
9- Campina Grande	18-Patos	27- Teixeira

Logo fica evidente que a atividade pecuário-algodoeira realmente trazia desenvolvimento a Cabaceiras, mas ao mesmo tempo impedia que outros ramos econômicos se proliferassem, dentre estes estaria os setores de serviços e comércio os quais garantem

14 - Esta figura foi encontrada no site “seguindopassoshistoria.blogspot.com”, isto tornou a decifração de algumas palavras impossível de ser feita. Analisando o documento por meio de programas como “Photo Shop” e “Google Earth” se tornou viável a recuperação de alguns dados. O documento original está disponível na secção de “Anexos”.

maiores fluxos do que o setor primário. Deste modo, o espaço dinâmico não é necessariamente o que produz, mas sim o que comercializa ou presta apoio com serviços ao escoamento da produção. Exemplo mais perspicaz desta situação é o caso de Campina Grande que nunca se plantou uma única árvore de algodão e ascendeu economicamente servindo apenas de entreposto comercial, ao ponto de desviar a ferrovia para si.

Na década de 1980 quando o algodão já não era produto de destaque para Cabaceiras seguindo a tendência de todo o Estado, o município entra em novo ciclo produtivo que se fazia presente no campo do município há um século, mas que só desponta como eficácia suficiente para dinamizar o seu espaço entre as décadas de 1970 a 1980, o produto responsável por isso era o alho. José Duarte Irmão, gestor do município em 1980 comenta sobre.

O problema¹⁵ do alho de 1981, 1982. Depois veio 25 motor bomba pra cooperativa ai distribuíram ai. [...] disparou em 87 foi na gestão de Hélio, enviou um projeto pra Brasília, o Ministério da Agricultura liberou, foram cento e tanto motor bombas e distribuíram ai e começou a dar dinheiro ao pessoal e deu 500 toneladas de alho no ano de 79. Ai eu construí o armazém do alho. [...] a produção ia pra Campina Grande ai quando saiu essa produção alta foi pra Recife, Recife comprou muito. (IRMÃO. 2011.)

A cooperativa mencionada por José concerne a ARPA — Associação Ribeirense de Produtores de Alho —, essa organização tinha sua sede no distrito de Ribeira e sua área produtiva também se limitava as suas adjacências. Entretanto, o impacto da cultura do alho se alastrou por todo o município ocasionando uma atração para o distrito sede, foi nesse mesmo período que a cidade de Cabaceiras recebeu dois conjuntos habitacionais (IRMÃO. 2011.) para suprir a demanda da população que se dirigia aos centros urbanos.

Toda a produção era familiar englobando 123 produtores os quais destinavam o alho colhido para uma pequena fábrica organizada pela ARPA transformando o alho em uma pasta. (EMPRESARIAL. 1985. p 20)

Conforme José Duarte durante sua gestão localizava-se em Cabaceiras órgãos governamentais que atualmente não são mais encontrados neste lugar como: Prodecol, Secretaria de Agricultura do Estado e a Coletoria. A única instituição que ainda se localiza em Cabaceiras advinda do tempo de euforia proporcionada pela comercialização do alho é o Banco do Brasil que nela se instalou em 1979, (IRMÃO. 2011.).

15 - O termo, usado pelo entrevistado designa uma situação e não um obstáculo ou empecilho.

Porém, a partir de 1985 a produção do alho entra em declínio estancando-se em meados da década 1990, registrado pela revista EMPRESARIAL.

Aliás, para muitos pequenos produtores o drama começou na colheita. Como a terra “está cansada” a previsão de três, até quatro toneladas se resumiram apenas em uma tonelada devido à falta de nutrientes na terra e, também, por causa da água salgada usada na irrigação através de moto-bombas. (EMPRESARIAL. 1985. p 18)

O então declínio acaba sendo resultado da própria ação de aumentar a produtividade alheira com o uso de moto-bombas, mas que acabou por derrocar a economia em ascensão. Pode-se dizer que a falta de conhecimento técnico cooperou para o cessamento da reanimação das atividades cabaceirenses, visto que o apoio de órgãos governamentais era constante assim como a existência de um mercado consumidor em expansão.

Concomitante a uma agricultura eficiente no distrito de Ribeira desenvolvia-se a pecuária de caprinos dedicada à recepção de peles para produtos elaborados com couro (chapeis, sandálias, carteiras, bolsas entre outro), sendo também um elemento secular deste distrito. O curtume de pele de bodes e cabras adjunto a fabricação desses itens veria a sobressair-se na década de 2000, o qual será melhor analisado no quinto tópico.

Por conseguinte, a influência do objeto geográfico que origina Cabaceiras, a capela, se estende somente às imediações próximas do mesmo e não por todo o território. Para a efetiva integração do espaço cabaceirense fazia-se mister o desenvolvimento de um espaço movimentado em comércio e serviços com intensos fluxos dirigidos a sua sede (FONSECA. 2003).

Contudo, isto não ocorre, pois sua elite prefere manter o modo de reprodução social como constante, baseado na agropecuária de subsistência e de um único produto de forte peso comercial (o algodão). Ao contrário do que ocorreu no Vale do Parnaíba do estado de São Paulo em que parte do capital oriundo da cafeicultura foi investido na recente indústria instalada no país, culminando na industrialização total da região.

Posteriormente a suas perdas territoriais, aludidas no próximo subtópico, o município de Cabaceiras é reanimado pelo distrito de Ribeira através de atividades primárias arrematando o comércio e estimulando o crescimento urbano da cidade. Desde já o distrito se desenvolveria com certa independência, em instâncias econômicas, do distrito sede

Sabe-se muito bem das diferenças regionais existentes entre as realidades dos Estados da Paraíba e de São Paulo, e que Cabaceiras não atingiria o grau de evolução socioespacial visto em São Paulo. Entretanto, se esta lição fosse seguida, ao menos em escala municipal Cabaceiras não haveria entrado em seu ostracismo urbano.

4.2. Desmembramentos territoriais.

A simples extensão territorial de Cabaceiras ocasionaria o parcelamento de seu espaço administrativo, visto ter sido um processo comum aos municípios troncos⁴, pois elites locais insurgiam reivindicando emancipação em troca de apoio a deputados que quisessem aumentar seu eleitorado.

Competiria a Cabaceiras condensar suas atividades de modo a aumentar a produtividade uma vez que a subtração de alguns de seus recintos produtores fez decair a produção, contudo, tal como se viu anteriormente, seu sistema produtivo manteve-se o mesmo. Assim, Cabaceiras começa o seu processo de perda de território, iniciando por Boqueirão em 1959, Barra de São Miguel em 1961 e São Domingos do Cariri em 1994.

O crescente povoado de Boqueirão visualiza a sua emancipação com a construção do açude Epitácio Pessoa em 1950, o qual foi pensado para abastecer a cidade de Campina Grande que se encontrava em pleno crescimento econômico retirando Boqueirão da esfera de influência de Cabaceiras¹⁶. Nesta obra foram deslocados 3000 operários para lá trabalhando em tempo integral, em conjunto com as máquinas, aumentaram as necessidades da população. O turismo passa a se incorporar no local, pois as pessoas queriam ver o andamento das obras (SEBRAE. 1997. p 12). Essas duas condicionantes fortalecem o comércio dando força a população daquele distrito para requisitarem a emancipação. Em Barra de São Miguel a evolução de sua feira ocorre concomitante a de Cabaceiras, que nessa época já havia se arraigado lá, transmutando aquele em um núcleo de atração tão forte quanto neste último.

A última e recente diminuição do território de Cabaceiras ocorre em 1994, quando São Domingos do Cariri, até então distrito de Cabaceiras, reivindica sua emancipação, apesar de não estar em condição regular para isso, haja vista não atender os próprios critérios administrativos do IBAM — Instituto Brasileiro de Administração Municipal — como, por exemplo: a) população mínima de 10 mil habitantes ou 5/1000 da população estadual, b) arrecadação de no último ano de 5/1000 da receita estadual. (ARAÚJO. 1998. p 67). Entretanto São Domingos hoje se insere no contexto da urbanização proposto por Milton Santos quando é impactado pela industrialização em sua sede, se engajando no meio técnico-científico no qual o autor faz menção, proporcionando um maior consumo que resultará em urbanização, pois se consome não só o que é material, mas também o imaterial — lazer, saúde, informação, viagens e etc, tudo isso pode ser resumido ao consumo. As pessoas de São

16 - A própria Cabaceiras teria sido submergida nas águas do atual açude Epitácio Pessoa, o qual pelo projeto inicial possuiria capacidade de 790 milhões de m³. O único local que ficaria emerso era a elevação que se localiza a igreja matriz (católica), lugar o qual iniciou o povoamento da cidade. (RODRIGUEZ. 2000. p 19)

Domingos do Cariri procuram cada vez mais a "cidade" na perspectiva de se empregarem na indústria e assim alavancar o seu poder de consumo.

A fase atual, do ponto de vista que aqui nos interessa, é o momento no qual se constitui, sobre territórios cada vez mais vastos, o que estamos chamando de meio técnico- científico-informacional, isto é, no momento histórico em que a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo da ciência, de técnicas e informações [...]. As primeiras fases do processo de integração foram concentradoras das atividades modernas e dinâmicas, tanto do ponto de vista econômico quanto geograficamente. É na última fase, quando já existe um capitalismo maduro, que vamos testemunhar a possibilidade da difusão da modernização, não só presente quanto aos capitais, como quanto à tecnologia e as formas de organização. (SANTOS. 2008. p 37).

Dessa forma, a indústria chega a São Domingos do Cariri devido a maior integração do território brasileiro, neste caso pelas rodovias e desenvolvimento das redes de comunicação, que adjuntas do capital industrial do interior de Pernambuco nas cidades de Vertentes e Turitama, o qual por sua vez se revelou pra atender a ampliação do consumo de confecção dos jeans em escala nacional, viabilizou a inserção daquele espaço a uma nova lógica de organização espacial

As indústrias de fabricação de jeans aumentaram a renda da população. De acordo com Mendes, estas empregam 500 pessoas, o equivalente a 43 % da população urbana, com salários variando entre R\$ 150 e 800 (MENDES, 2011). Isto fez aumentar a renda per capita acentuando a circulação de capital dentro do município que por sua vez impactaram no comércio interno. Toda esta conjuntura deu força para atrair o banco Bradesco fazendo desaparecer o único espaço extra municipal que se encontrava na "hinterlândia" de Cabaceiras, pois a população são dominguense recorria ao Banco do Brasil de Cabaceiras em suas movimentações financeiras e recebimento de aposentadorias.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A fim de avaliar a capacidade de sustentação de novas atividades perguntou-se aos habitantes se haviam investido em algum empreendimento nos últimos dez anos. Dos 130 questionários 18 disseram que sim o equivalente a 13,8% da amostra em domicílios e todos se concentraram no meio urbano, três no distrito de Ribeira e 15 na sede municipal.

Onze desses estabelecimentos, 60,1% desses investimentos, funcionam bem enquanto que o restante faliu. Entre as causas para que tais iniciativas tenham sido promissoras obteve-se respostas como: “investimento no próprio negócio”, “determinação e persistência”, “falta de concorrência”, “porque está dando lucro”, “estabilidade embora com crises”, “sempre aparece trabalho”, “ta sustentando a família”, “as vendas estão indo bem”, “a renda melhorou”, “sempre teve cliente”. Dos motivos apontados para falência das atividades, 39,9% ou 7 estabelecimentos, elencaram: “fiado”, “fiado”, “falta de cliente”, “o lucro era pouco”, “fiado”, “fatores climáticos e perda de produção”, “fiado”.

Os projetos que progrediram foram: técnico em informática, lan house, organizações de eventos, banco Limom, lanchonete, oficina, loja de alvenaria, bar, comércio e mercearia. Dentre os que arruinaram: bar, venda de galinhas, bodega, locadora de DVDs, conserto de computadores, estivadora e frigorífico.

Nota-se então que a capacidade empreendedora do município está no espaço urbano e a mesma depara-se com limitações, visto a porcentagem de pessoas que se empenham em arriscar ações econômicas. A cidade não suporta a horizontalização das atividades, pois como ponderado acima a duplicação de semelhantes segmentos econômicos acarretará a falência de algum dos investimentos.

No que tange a forma como a população adquire sua renda o Gráfico 6 mostra essa característica no ambiente urbano.

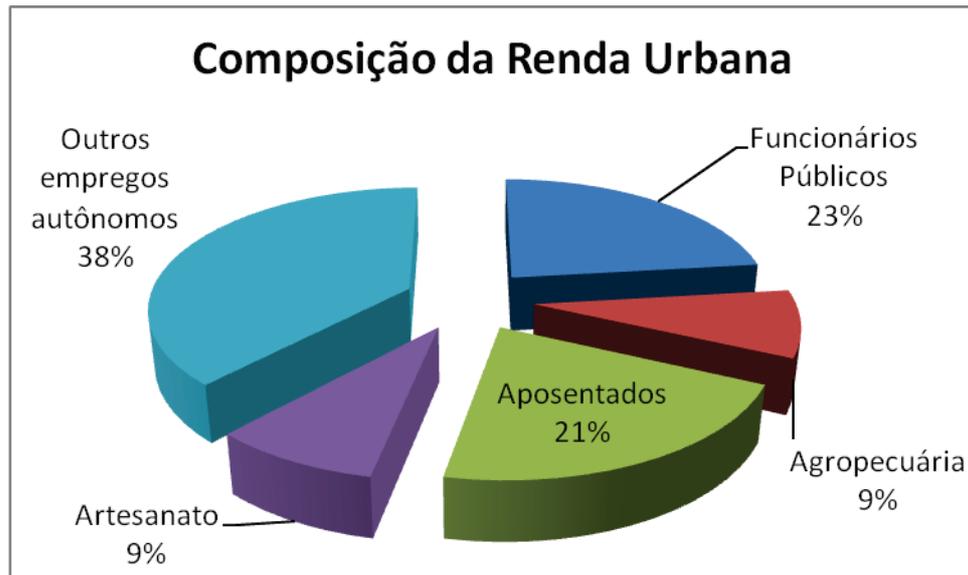


Gráfico 6: Composição da Renda Urbana
Fonte: Pesquisa direta, 2011.

É patente a força que os funcionários públicos e aposentados possuem na circulação de renda, os quais juntos chegam a 44%, assim, mesmo que o setor de serviço do município se apresente com forte peso no arranjo do PIB, tais ocupações na verdade acabam sendo fruto da própria administração do município e não de uma economia produtora, ou seja, configuram uma renda improdutiva em que não há produto mas existe lucro.

As parcelas de artesanato e agropecuária somente tomam intensidade na participação no gráfico devido à porção do distrito de Ribeira conferindo ao espaço urbano de Cabaceiras uma ligação com o rural. Por outro lado, o artesanato é decorrência da ARTESA — Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira —, esta cooperativa é responsável por empregar 33,3% de pessoas ocupadas na Ribeira conforme o questionário diligente no distrito. A cooperativa ainda não possui lojas próprias mas vende seus produtos para comerciantes em João Pessoa, Campina Grande¹⁷, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo e Espírito Santo, intercambiando Cabaceiras com outros espaços regionais.

Sem o distrito de Ribeira as parcelas de aposentado e funcionários públicos certamente aumentariam, elevando a renda improdutiva do município.

O campo de Cabaceiras se encontra em um estado tradicional sem adaptações da agricultura familiar ao sistema capitalista, o Gráfico 7 mostra a disposição da renda no âmbito rural.

¹⁷ - Dados obtidos com a filha do presidente da ARTESA, Mariana de Araújo Castro. Apesar de não ter mencionado Campina Grande algumas lojas desse último afirmam vender produtos oriundos da ARTESA.

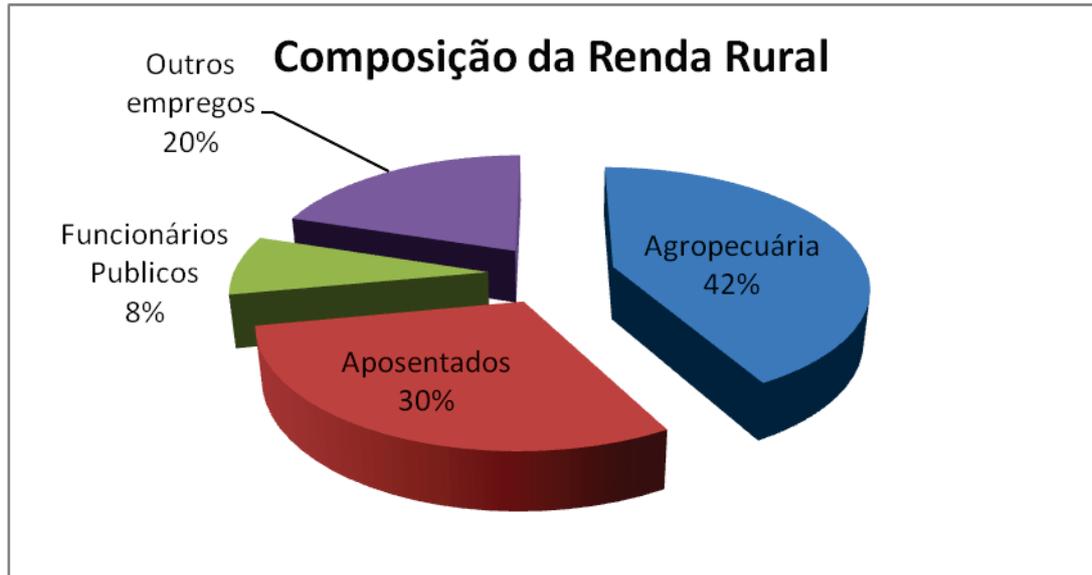


Gráfico 7: Composição da Renda Rural
Fonte: Pesquisa direta, 2011.

Atenta-se que em comparação com o meio urbano a fração de funcionários públicos diminui para dá subsídio maior a agropecuária e aos aposentados, todavia quando perguntados se a produção se destinava ao mercado ou era só de subsistência a respostas dos 30 questionários foram unanimemente subsistência, o que testifica um campo fora do contexto capitalista, bem como transfere toda obtenção de renda para aposentados, empregos inconstantes (bicos) e outros de pouco poder aquisitivo.

O confronto dos dados apresentados acima com os do IBGE, os quais demonstram uma participação da agropecuária no PIB municipal deve-se ao fato da pesquisa no meio rural ter focado a porção Norte do município no eixo forte que se liga ao distrito de Ribeira. Admite-se então, que a pecuária gere algum lucro, por outro lado, na observação em campo, moradores da área sul de Cabaceiras comentaram produzir para comércio. Esta condição dispõe a agropecuária comercial do município concentrada em algumas áreas e não por todo seu território.

Entrevistas com antigos habitantes do município que se deslocaram do campo para a sede municipal indicam a condição tradicional do campo.

A vida era mais difícil né porque lá agente tem que trabalhar mais em negocio de agricultura, sabe como é, é mais difícil e aqui na cidade é melhor porque com emprego certo já... Eu não perdi minhas terras e elas não ficaram improdutiva não, a terra ta lá pra trabalha quem quiser. Eu vim pra cidade porque quis mesmo, arrumei serviço em prefeitura e vim pra cá. (MORADOR 2. 2011).

Neste sentido, Cabaceiras não passa pelo processo expropriação de que ocorre com o camponês de hoje, ou seja, a urbanização de cabaceiras não está atrelada à vinda do camponês para a cidade por motivo de modernizações agrícolas. Isto talvez possa até ser um dos mecanismos que contribuíram para a cristalização do município, pois de acordo com Bernardelli em seu estudo do caráter urbano das pequenas cidades da região de Catanduva, São Paulo, tal espaço intensificou seu processo de urbanização depois que as áreas agrícolas dessa região foram englobadas em uma nova cadeia produtiva (do café para cana de açúcar) na qual a concentração fundiária obrigou parte dos camponeses que ainda restavam, mesmo depois da concentração de terras da economia cafeeira, a emigrarem para a cidade que por sua vez serviam como reserva de mão de obra para as usinas de cana de açúcar, isto aumentava o dinamismo nessas cidades visto que a renda desses ex-camponeses era investida nas cidades dessa região.

Em Cabaceiras a vinda do camponês para a cidade não é por expulsão da expansão da agropecuária capitalista mas sim por escolha ou dificuldades naturais climáticas que inviabilizam a vida campestre, os camponeses assim optam por emigrarem para Cabaceiras e não encontram meios de vida que garantam retorno a própria cidade, pois se empregam em ramos econômico improdutivos.

Logo, nem na sede municipal nem no campo há uma atividade produtiva que caracterize o município como espaço potencialmente produtor de algum produto de mercado capaz de ocupar dinamicamente sua população. O distrito de Ribeira é o único território mais competente em termos de produção com a atividade de artesanato do couro, a ponto de fazer seus moradores sentirem certa independência econômica do restante de Cabaceiras.

Outros componentes também integram a circulação de capital em Cabaceiras, dentre eles está verbas enviadas por pessoas que emigram do município. Conforme a pesquisa 28,4% dos domicílios possuem no mínimo uma pessoa que mora fora do Cabaceiras e 13% recebe alguma ajuda financeira dos que emigraram. O total de pessoas residindo fora de município segundo os questionários chega a 98 indivíduos, o equivalente a 22,2% do número absoluto de pessoas englobadas pelos questionários, se a mesma porcentagem for sobreposta a cifra da população residente em Cabaceiras de acordo com o IBGE (5035), estima-se que 1117 cabaceirenses vivam fora do município. O gráfico 9 exhibe as cidades de destino dos emigrantes e a intensidade com que foram citadas por domicílios.

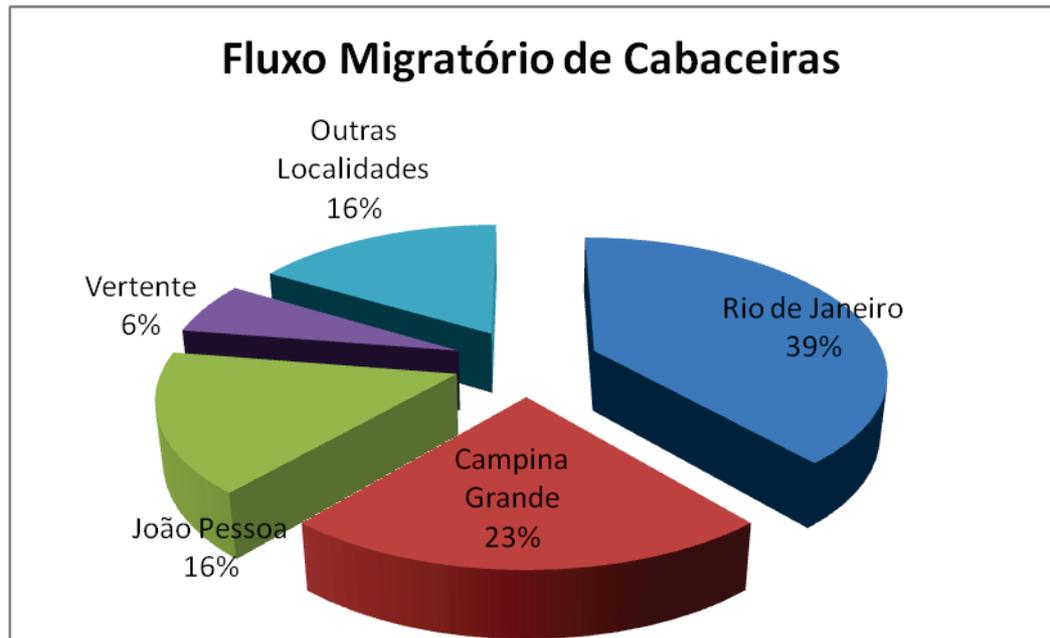


Gráfico 8: Migração Pretérita de Cabaceiras
 Fonte: Pesquisa direta, 2011.

Verifica-se que grande quantidade de fluxos rumaram ao Rio de Janeiro, empatados somente pela união dos destinos a João Pessoa e Campina Grande, 39%. A cidade de Vertente em Pernambuco detém uma pequena partilha sendo o mais recente dos segmentos. Nessa conjuntura, a metrópole nacional do Rio de Janeiro exercia proporcionalmente mais influência no espaço cabaceirense do que as capital regionais de João Pessoa (A) e Campina Grande (B), (IBGE. 2010).

Contudo a tendência de emigração diminuiu, visto que apenas 23% dos domicílios havia pelo menos uma pessoa disposta a emigrar, apresentando uma queda de 5,4%. Do mesmo modo ocorreu uma imprecisão na direção dos fluxos, discorrido no gráfico 10.

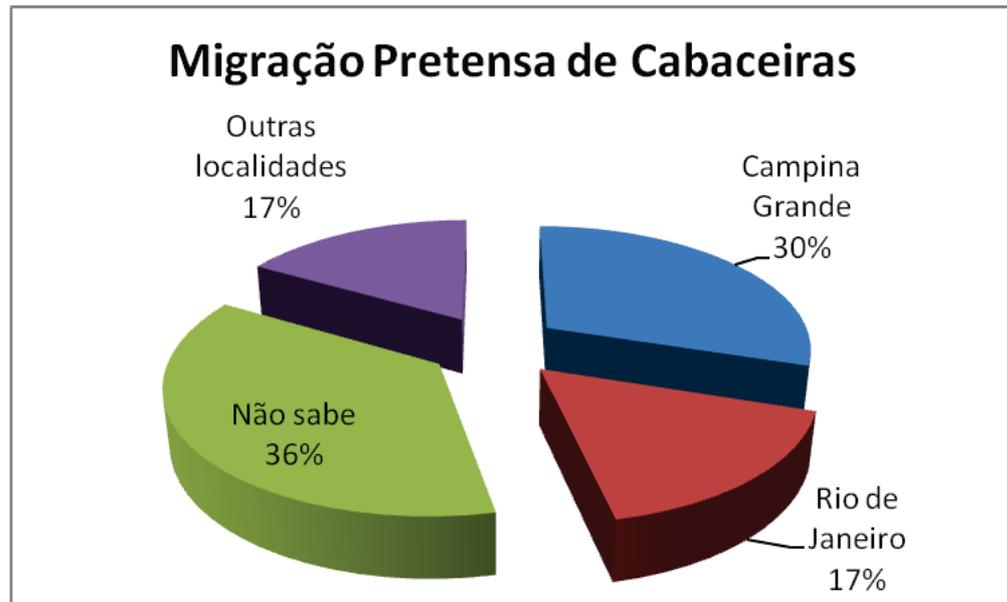


Gráfico 9: Migração Pretensa de Cabaceiras.
Fonte: Pesquisa direta, 2011.

João Pessoa desaparece dos locais de destinos e Rio de Janeiro abranda a sua porção na emigração, dando espaço a variante da incerteza (Não sabe). Por outro lado, Campina Grande incrementa sua capacidade de atração nas corrente migratórias oriundas de Cabaceiras.

A persistência dos questionados em apontar o Rio de Janeiro no quadro de destino, apesar de sua queda na participação, se deve aos antigos emigrantes que lá se fixaram criando bases de apoio para as famílias que obtiveram êxito no novo local de morada. Porém, o atual período de industrialização do Nordeste adjunto a diversificação do setor de serviços, sendo o turismo a principal atividade deste ramo, alargaram o crescimento dos centros regionais e subregionais desta região, nos quais Campina Grande se inclui, assim como incentivam a profissionalização da mão de obra criando esperança para que estas pessoas residam nas próprias cidades do Nordeste.

Com a imprecisão e/ou mudança dos fluxos acoplada à produção do artesanato de couro na Ribeira pondera-se que a condição produtora do distrito de Ribeira fez diminuir a mão de obra disponibilizada por Cabaceiras para outras regiões distantes substituindo-a por produtos, sendo estes últimos os responsáveis por uma real renda produtiva no município. Desta forma, Cabaceiras não deixa de expelir recursos humanos para fora de seu território, mas desta vez a qualifica e reduz a escala de abrangência da própria, sendo esta captada por centro regionais e subregionais mais próximo a Cabaceiras.

Tal conjuntura decorre da melhoria ínfima da qualidade de vida da população, que satisfeita suas necessidades primárias passam a investir na qualificação das novas gerações.

Cabe ressaltar que apesar da incidência de domicílios com pessoas dispostas a emigrarem ter diminuído em relação aos domicílios que já possuem pessoas residindo fora do município, a situação dos primeiros tange somente ao ano da pesquisa deste trabalho (2011), o que significa que se a emigração mantiver essa taxa no anos posteriores, o fenômeno emigratório se elevará, exposto no gráfico 11.

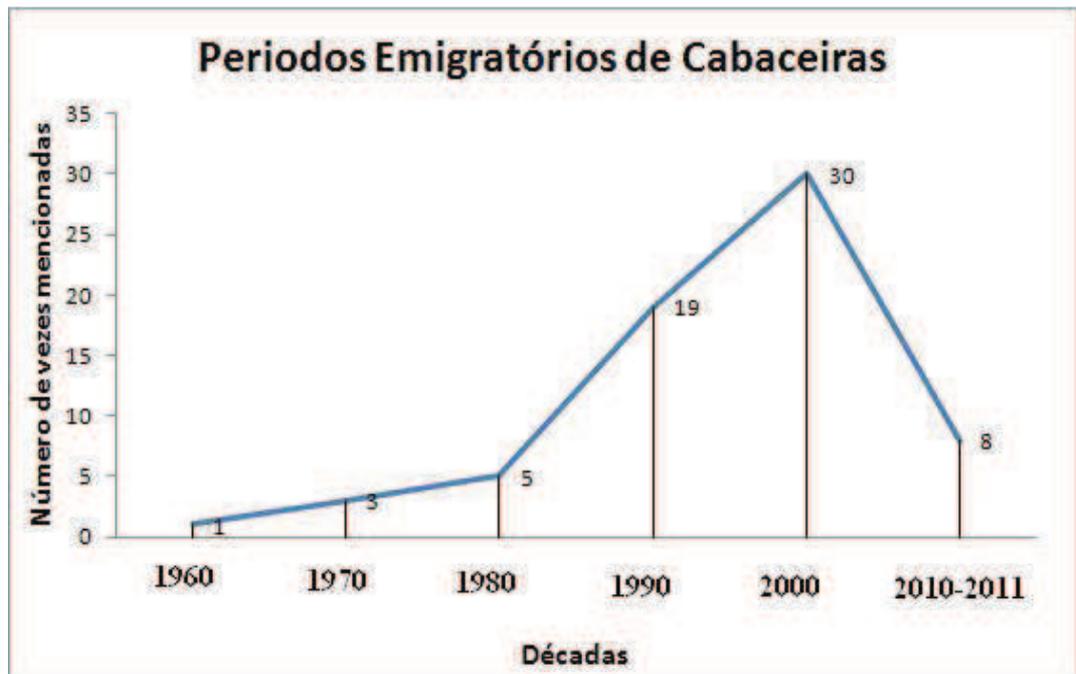


Gráfico 10: Períodos Emigratórios de Cabaceiras.
Fonte: Pesquisa Direta¹⁸, 2011.

Nota-se que foi justamente na década de noventa que começa a dilatar a emigração concomitante a derrocada da agricultura do alho. A queda da linha dos períodos emigratórios nos anos 2010-2011 não demonstra a atenuação dos fluxos emigratórios visto que este período concerne somente aos anos de 2010 e 2011, desta forma, a década não terminou e já foi mencionado em oito domicílios a saída de pessoas dos mesmos para outras cidades abrindo um estimativa de que até o fim desta década a emigração aumentará apesar da retração da emigração por domicílio. Tal circunstância se vincula ao fato da emigração se concentrar em moradias com algum caso de êxito fora do município incentivando os que ficaram dessas famílias a fazerem o mesmo.

18 - Os dados dos anos anteriores ao período de pesquisa (2011) também foram conseguido na pesquisa direta através de perguntas nos questionários.

Das causas apontadas como alimentadoras da emigração em Cabaceiras 50% dos que pretendem sair do município assinalaram “trabalho”, outros 16,6% disseram “estudar”, o restante não sabia porque sair ou alegaram motivos diversos (casar e família).

Por conseguinte, o principal motivo para emigração dos habitantes de Cabaceiras incide na aptidão do local em não oferecer oportunidades de atividades econômicas capazes de satisfazer não só as necessidades básicas de sua população mas como também as necessidades de consumo criadas pelo capitalismo, pois ao suprir precisões fundamentais, a sociedade tende a novos objetivos os quais no sistema produtivo atual é compreendido como consumo. Isto se manifesta pelo segundo maior fator em expulsão, o investimento na profissionalização, com finalidade de lograrem atividades de maior poder aquisitivo.

A variante de transferência direta de renda também interfere na conjuntura socioespacial do município que mesmo sendo uma condição econômica nacional, ou seja, que não acontece somente em Cabaceiras, deve ser balizado, pois intervém no estado de dinamicidade do território.

É o que se constata com o dado adquirido em pesquisa o qual explana que 43,8% dos domicílios (45) engajados na pesquisa recebem algum programa assistencial, entre Programa de Distribuição de Leite de Cabra, Bolsa Escola e Bolsa Família em que 81% dos programas assistenciais concerne a Bolsa Família.

Se por um lado esta forma de obtenção de renda melhora um pouco a qualidade de vida dos moradores do espaço cabaceirense, por outro acomoda ainda mais a situação de esterilidade produtiva do local, haja vista que tanto os tributos procedentes de emigrante e dos programas assistenciais configuram mais uma maneira de circulação improdutiva de renda, uma vez que esses capitais não se originam em uma cadeia produtiva local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Cabaceiras situado no Cariri Oriental paraibano é um território antigo que transpassou diversos momentos de picos dinâmico mas sempre voltando a uma situação tênue ou estagnada, enquanto que pólos os quais outrora estavam sob sua influência se configuram com uma complexidade no mínima semelhante a sua antiga sede administrativa, Cabaceiras.

Ficou claro, analisando como a evolução socioespacial do município aconteceu, atrelado ao seu atual estágio descrito pelas pesquisas, que o primordial agente geográfico influente no território de Cabaceiras é o político, relegando a plano irrelevantes a sociedade organizada e os agentes capitalistas. Aquele mesmo agente atua apenas para manter as condições como sempre foram.

As paradas do desenvolvimento do município sucedeu-se por variados motivos passando por circunstâncias globais com a queda da economia algodoeira, intransigência de sua elite em manter a reprodução socioespacial inflexível sem direcionar capitais provenientes da atividade algodoeira para outros setores secundário e terciários. Por fim a falta de condições técnicas extermina a reanimação de Cabaceiras no declínio da agricultura do alho.

Tal circunstância parece ainda não ter chegado em seu limite de enclausuramento, pois como notificado pelos dados da pesquisa de campo, a pouca produção do município se vincula exclusivamente ao único distrito deste espaço, Ribeira, conferindo-lhe uma posição de independência socioespacial do distrito sede, que só não se configurou em emancipação por intervenção do agente governamental em esfera Federal.

Simultaneamente, o ambiente urbano da sede municipal não apresenta uma atividade produtora capaz de movimentar os fluxos deste espaço. O campo por sua vez, produz em uma cadeia de subsistência que não progride mas também não retrocede, atuando fracamente no contexto capitalista de produção.

Ante ao análogo arranjo, resta a Cabaceiras a ajustamento a um recinto de expulsão direta de sua população ou da mão de obra qualificada para metrópoles nacionais e centros subregionais. Estes emigrantes acabam por constituir mais uma fonte improdutiva de renda que atuará como elemento apto a diminuir esta própria corrente de emigração, visto o capital enviado por essas pessoas. Dialeticamente cria-se um estado de desenvolvimento mínimo, não pelos benefícios oriundos da parcela a qual se deslocou para fora do território cabaceirense, e sim porque a mesma estrutura cristalizada também impede os malefícios de um crescimento urbano desordenado

O município é um centro relativamente rural dentro de uma região agrícola, e que portanto não pode sofrer uma bruta transformação de uma condição rural para urbana que certamente quebraria sua estagnação mas que também lhe imporá um crescimento urbano desordenado.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, José Jacinto de. **Êxodo Rural na Paraíba**. João Pessoa: Gráfica da UNÍPÊ, 1998. 261 p.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do Território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2004. 568 p.
- BERNARDELLI, Maria Lúcia Falcone da Hora. Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. 1º ed. Expressão Popular. 2006.
- BEZERRA, josineide da Silva. **O Território como um trunfo: um estudo sobre a criação de municípios na Paraíba (anos 1990)**. João Pessoa. Dissertação de Mestrado. 2006. 163 p.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coleção de monografias - N° 93 Cabaceiras. Cidade: IBGE, 1956
- CPRM. **Projeto de Cadastro de Fonte de Abastecimento por Água Subterrânea da Paraíba**. Recife. CPRM\PRODEEM. 2005
- CORRÊA. Roberto Lobato. **Região e Organização espacial**. São Paulo: Ática, 1987. 88 p.
- ENDLICH, Ângela Maria. Perspectiva sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. 1º ed. Expressão Popular. 2006.
- EMPRESARIAL. **O alho, Aglória da Ribeira**. Revista de Desenvolvimento Comercial. N° 69. 1984. 34 p.
- FERREIRA, Larissa da Silva. Pequenas cidades e o cotidiano. In: SILVA, Anieres Barbosa da; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Vadenildo Pedro da. **Pequenas Cidades uma abordagem geográfica**. Natal. EDUFRN. 2009.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante do Brasil na Década de 1930**. Revista de Economia Política, vol. 23, nº 1 (89), janeiro-março/2003.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. Gestão Social das políticas públicas nas pequenas cidades. In: SILVA, Anieres Barbosa da; GOMES, Rita de Cássia da Conceição; SILVA, Vadenildo Pedro da. **Pequenas Cidades uma abordagem geográfica**. Natal. EDUFRN. 2009.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição (et al). **Buscando compreender as pequenas cidades**. In: IX Simpósio Nacional de Geografia Urbana: cidades territorialidade, sustentabilidade e demandas sociais, 2005, Manaus. Anais do IX Simpósio Nacional de Geografia Urbana. v. 01.

IBGE. **Síntese do Censo Demográfico 2010**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2008**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>.

IBGE. **Finanças Públicas 2009**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>.

IBGE. **Regiões de influências das cidades. 2007**. Disponível em: http://angreh.com.br/REGIAO_DE_INFLUENCIA_DAS_CIDADES_BRASILEIRAS_-_2007.pdf

JUDICIÁRIA, Esquema de Divisão. **Estado da Paraíba**. 1938.

LE GOFF, Jacques. **O Apogeu da Cidade Medieval**. Tradução: Antônio de Padua Danesi. São Paulo. 1 ed. LTDA. 1992. 151 p.

MAIA, Doralice Sátyro . Cidades pequenas: como defini-las? In: José Aldemir de Oliveira. **Cidades Brasileiras: Territorialidades, sustentabilidade e demandas sociais**. 1 ed. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009, v. 1, p. 136-158.

MARAFOM, Gláucio José (et al). **Agricultura, Desenvolvimento e Transformações sócio-espaciais**. Uberlândia: Assis, 2008. 352 p.

MENDES, Thalys Gutierrez de Andrade. **A expansão da indústria têxtil no Cariri Oriental Paraibano e seus impactos gerados no município de São Domingos do Cariri**. Campina Grande. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). UEPB. 2011.

MOR, Roberto Luís Monte-. **O que é Urbano no Mundo Contemporâneo**. Rio de Janeiro. V 21. N 3. 2005.

NACIONAL, Ministério de Integração. 2005. Disponível em: <http://www.citybrazil.com.br>.

NETO, Antônio Firmino de Oliveira. A incorporação do modo de vida urbano na região de fronteira do sul do território mato-grossense no início do século XX. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. 1º ed. Expressão Popular. 2006.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2008. 162 p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Editora Record, 2000.

SEBRAE. PRODER - Programa de Emprego e Renda: Cabaceiras. João Pessoa. 1997.

SEBRAE. PRODER - Programa de Emprego e Renda: Boqueirão. João Pessoa. 1997.

SILVA, William Ribeiro da. Reflexões em torno do urbano no Brasil. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. 1º ed. Expressão Popular. 2006.

SOARES, Beatriz Ribeiro. Pequenas cidades: uma revisão do tema. In: OLIVEIRA, José Aldemir. **Cidades Brasileiras: Territorialidades, sustentabilidade e demanda social**. Manaus: UFAM, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 192 p.

SOMMA. Isabelle. **Gêngis Khan: A Fúria Mongol**. Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br>. 2003.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. 1º ed. Expressão Popular. 2006.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2 ed. Autores Associados. 2003. 304 p.

RODRIGUEZ, Janete Lins. **Conhecendo o Cariri**. Recife. Fundação Casa José Américo de Souza. Linceu. 2000. 59 p.

TAVARES, João de Lira. **A Parahyba**. 1909.

PLANO DIRETOR DE CABACEIRAS. Resultado de um convênio entre a Prefeitura Municipal de Cabaceiras – PB, O Governo do Canadá, a CNM, e a FAMU-PB.

WHITACKER, Arthur Magon. Cidade imaginada. Cidade concebida. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. **Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. 1º ed. Expressão Popular. 2006.

<http://seguindopassoshistoria.blogspot.com>

<http://www.ibge.gov.br>

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO URBANO

1. Quantas pessoas há na casa?

1.1 Quantos homens e quantas mulheres? _____

1.2 Qual a idade de cada um _____

2. Quais desses produtos há nessa casa?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Rádio | <input type="checkbox"/> Telefone fixo |
| <input type="checkbox"/> Televisão | <input type="checkbox"/> Computador |
| <input type="checkbox"/> Máquina de lavar/Tanquinho | <input type="checkbox"/> Internet |
| <input type="checkbox"/> Geladeira | <input type="checkbox"/> Motocicleta |
| <input type="checkbox"/> Celular | <input type="checkbox"/> Carro |

3. Há alguém com curso superior ou técnico na casa? Sim Não

3.1 Se sim, quantas pessoas? ____ sexo _____

3.2 Em que são formadas ou o que estudam?

4. Quantos trabalham? _____

5. Em que trabalham e quais os salários desses trabalhos?

* caso não respondam substituir por “Qual a renda da família?” _____

** se tiver aposentados colocar no item 5 mesmo que não trabalhem

6. Existe trabalho em família? Sim Não

7. Trabalha no próprio município? sim não Quantos?

8. Abriu algum empreendimento nesses últimos dez anos? Sim Não

9.1 O quê? _____

9.2 Deu certo? Sim Não

9.3 Porque?

9. A casa é contemplada por algum programa assistencial? sim não.

Qual? _____

10. Há alguém que tenha emigrado para outra cidade? sim não. Quantos? _____

10.1. Qual cidade? _____

10.2. Recebe ajuda financeira dessas pessoa sim não

10.3. Caso voltem, como pretendem sobreviver?

abri um próprio negocio desempregado trabalhar com alguém

outro, qual? _____

11. Há alguém que pretenda emigrar? () Sim () Não

11.1. Se sim, para onde? _____

11.2. Porquê? _____

11.3. Caso voltem, como pretendem sobreviver?

() abri um próprio negocio () desempregado () trabalhar com alguém

() outro, qual? _____

12. Alguém na família pratica alguma atividade agropecuária? () sim () não.

12.1. Qual? _____

QUESTIONÁRIO RURAL – No questionário rural foi adicionado as perguntas abaixo junto com as perguntas do questionário urbano.

1. Que tipo de atividade é exercida pela família? () agricultura () pecuária () outra

2. No período entressafra os agricultores realizam outra atividade? () sim () não. Qual?

3. Alguém da família trabalha em alguma outra atividade? () sim () não

3.1. Qual? _____

4. Há produção de produtos in natura (iogurte, queijo, manteiga, doce, pão)? () sim () não

5. O que se produz? _____

6. O que se produz é destinado a:

() subsistência () comércio () mais para subsistência () mais para comércio

6.1. Quais os produtos comercializados? _____

6.2. Para onde são vendidos? _____

6.3. () Diretamente () Atravessadores

6.4. Vendem os produtos na feira da cidade? () sim () não

7. Se fosse possível se mudaria para cidade (distrito sede)? () sim () não

7.1. Por quê? _____

ENTREVISTA

1-Você sente maior contato com o meio natural ou com a cidade. Por quê?

2-O aspecto de ajuda mutua está presente em seu meio? Por quê? (seja ele rural ou urbano.)

3-Acaso você acha que as coisas em Cabaceiras — ritmo de vida, o cotidiano — são efêmeros, passageiros, frenéticos, que tudo passa ou você acha que é lento, devagar, em que as coisas já mais mudam. Por que?

4-Qual a importância da terra para você? (no rural e no urbano.)

5-Há em Cabaceiras perdas de relações com o lugar? Você se sente deslocado(a) em certos momentos achando que não fosse daqui (Cabaceiras)? Como se a cidade em alguns momentos fosse estranha a você.

7-Você gosta da sua cidade? Por quê?

8-O que falta no comercio de Cabaceiras.

9-Como era a vida no campo e porque emigraram para a cidade. (somente para os mais velhos)

10-A vinda para a sede do município foi de livre espontânea vontade ou as terras ou os meios de sobrevivência lhe foram tirados? (somente para quem emigrou do campo para a cidade)

IMAGENS



Figura 7: Rua principal do distrito de Ribeira
Fonte: Pesquisa direta, 2011.



Figura 8: Centro do distrito de Ribeira.
Fonte: Pesquisa direta, 2011

ANEXOS



Figura 9: Visão Panorâmica do distrito sede do Município, Cabaceiras.
Disponível em: <http://www.radarsertanejo.com>

MAPA DA PRODUÇÃO DE ALGODÃO NA PARAÍBA

